



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**CARLOS LACERDA JORNALISTA: REPÓRTER,
GESTOR E TEÓRICO DA IMPRENSA**

LUCAS BERLANZA CORRÊA

RIO DE JANEIRO

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**CARLOS LACERDA JORNALISTA: REPÓRTER,
GESTOR E TEÓRICO DA IMPRENSA**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

LUCAS BERLANZA CORRÊA

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro

RIO DE JANEIRO

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Carlos Lacerda jornalista: repórter, gestor e teórico da imprensa**, elaborada por Lucas Berlanza Corrêa.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Eduardo Refkalefsky
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação -. UFRJ

Profa. Marialva Carlos Barbosa
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

CORRÊA, Lucas Berlanza.

Carlos Lacerda jornalista: repórter, gestor e teórico da imprensa.
Rio de Janeiro, 2015.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação –
ECO.

CORRÊA, Lucas Berlanza. **Carlos Lacerda jornalista: repórter, gestor e teórico da imprensa.** Orientadora: Ana Paula Goulart Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo sintetizar a trajetória do político brasileiro Carlos Lacerda em sua atividade jornalística, destrinchando-a em seus dois aspectos fundamentais: o exercício prático da profissão, tanto como repórter quanto como gestor do veículo *Tribuna da Imprensa*, e sua concepção teórica a respeito do assunto, sobretudo com base em seu opúsculo *A Missão da Imprensa*. A partir de uma exposição biográfica sucinta, com ênfase em sua carreira jornalística, o trabalho pretende incrementar os estudos sobre essa importante figura do cenário histórico brasileiro do século XX a partir do aspecto que o próprio Lacerda teria privilegiado, elencando informações das principais biografias e das obras do personagem, além de alguns estudos acadêmicos acerca da sua inserção no contexto jornalístico e das transformações da imprensa brasileira por volta da década de 1950.

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	1
2	CARLOS LACERDA: O HOMEM, O POLÍTICO E O JORNALISTA	6
2.1	O HOMEM E O POLÍTICO	6
2.2	O JORNALISTA, SUA CARREIRA E AS PRINCIPAIS MATÉRIAS	11
3	A TRIBUNA DA IMPRENSA: LACERDA NO AUGE COMO GESTOR DE EMPREENHIMENTO JORNALÍSTICO	20
3.1	O JORNAL, SEU CONTEÚDO E SUA HISTÓRIA	20
3.2	A CRISE DA ÚLTIMA HORA.....	30
4	A MISSÃO DA IMPRENSA: LACERDA COMO PENSADOR DO JORNALISMO	36
5	CONCLUSÃO	48
6	REFERÊNCIAS	50

1. INTRODUÇÃO

Quando se pensa na figura do célebre político, orador e jornalista Carlos Lacerda (1914-1977), a regra costuma ser dar enfoque às suas ideias conservadoras em matéria de política – aliás, nem sempre evidenciadas em sua inteireza -, ou descrever sua atuação histórica direta em quase todos os eventos importantes da conturbada história brasileira entre os anos 50 e 70. Quando sua figura tipicamente representada com um ar de seriedade impassível, uma intrepidez inequívoca e óculos bastante peculiares se apresentava diante das tribunas ou transmitia suas combativas mensagens nas páginas de um jornal, as mais diversas reações se manifestavam por todos os cantos daquele Brasil de metade do século passado. Políticos e atores sociais das mais variadas estirpes reconheciam seu aturdimiento diante de um poder demolidor como poucos vistos no país. Alguns partidários de convicções opostas se preparavam para reagir com vaias e insultos enfurecidos; mulheres da classe média do Rio de Janeiro, sobretudo no então existente Estado da Guanabara, suspiravam por sua imagem idolatrada, e entusiastas vibravam com sua talentosa oratória.

O historiador John Dulles, seu biógrafo, elencou depoimentos de personalidades brasileiras que tentaram definí-lo, sempre a partir de sua habilidade com a fala e a retórica, a partir de seus predicados intelectuais ou de sua capacidade de ser central nos acontecimentos fundamentais da vida do país. Uma dessas personalidades foi o historiador José Honório Rodrigues, que entendia não ter havido outro que, sozinho, “influiu tanto no processo histórico brasileiro” (DULLES, 1992, p. 1) entre 1945 e 1968. Um advogado ilustre, Dario de Almeida Magalhães, diria que ele era “o adversário mais temido e implacável conhecido pelo país, pelo menos nos últimos 50 anos” (*idem*). O deputado Paulo Pinheiro Chagas o apresentaria como “o maior tribuno que passou pela Câmara dos Deputados” (*ibidem*).

O “fenômeno” Carlos Frederico Werneck de Lacerda, às vezes identificado como o “Demolidor de Presidentes”, em outras como o “Corvo” – por conta da famosa charge do cartunista Lan -, apresentava tantas facetas e tantas funções em seu tempo de atuação na cena nacional que é impossível esgotar, no espaço de qualquer trabalho, todas as possibilidades. A complexidade de sua biografia impediria abordagens mais amplas em espaços restritos.

Nosso objetivo neste trabalho é explicitar, através de um quadro bastante amplo, aquele aspecto que o próprio Lacerda teria escolhido como eixo norteador de sua trajetória, como ele deixa claro em sua obra *A Missão da Imprensa: sua atuação no jornalismo*. Ele não deixa dúvidas disso ao declarar que “por jornalista fizeram-me político, por jornalista elegeram-me, por jornalista renunciei, por jornalista vivo, por jornalista quiseram matar-me” (LACERDA, 1950, p. 8). A dedicação notória ao seu ofício, aliada à sua própria opinião sobre o papel representado por ele na definição de todos os demais aspectos de sua trajetória – mesmo naqueles que são, até compreensivelmente, considerados mais fulgurantes pelos analistas e historiadores –, justifica a necessidade de uma preocupação maior com a posição de Lacerda na história da imprensa brasileira.

Com o objetivo, portanto, de acrescentar a esse estudo – a nosso ver, ainda carente de maiores desdobramentos –, uma sistematização sintética e objetiva de todos os elementos possíveis relacionados a Carlos Lacerda como jornalista, nossa proposta é realizar um verdadeiro compêndio de informações, extraídas da bibliografia mais robusta existente a respeito, de duas dimensões básicas dessa relação do personagem com sua profissão: a prática e a teórica. Trata-se aqui de tentar oferecer uma reunião de fatos e posicionamentos que ilustrem as realizações e o comportamento de Lacerda no exercício de sua profissão, associando-os com a interpretação teórica que ele desenvolveu a respeito.

Este último ingrediente, aliás, é singular, porque não é do conhecimento geral que Carlos Lacerda foi um pensador da imprensa e do jornalismo, inserido no contexto da introdução das ideologias de objetividade e neutralidade da imprensa norte-americana dos anos 50, e que formalizou concepções próprias, algumas concordantes e outras críticas a esses pressupostos. Recuperar essas reflexões teóricas, que atribuíam ao jornalismo a posição de um campo técnico próprio, dependente de um cabedal de conhecimentos e recursos particulares, pode ser enriquecedor para as reflexões atuais sobre a dinâmica e os valores envolvidos no “fazer jornalístico”.

Quanto à dimensão prática, pela qual começaremos, dividiremos sua exposição em duas partes, que corresponderão aos dois primeiros capítulos de nosso trabalho. No primeiro, abordaremos inicialmente a trajetória biográfica e, fundamentalmente, política de Carlos Lacerda, dando espaço aos aspectos que não constam da ênfase temática direta de nossa pesquisa. Apesar disso, entendemos não ser possível compreender o jornalista sem conhecer o homem, o que justifica entendermos, antes de tudo o mais,

como o tribuna udenista (da União Democrática Nacional, um dos principais partidos políticos do país, cujo imaginário se confunde com a figura do próprio Carlos Lacerda) construiu seu lugar de destaque, suas vinculações e seu pensamento sócio-político, que refletirá decisivamente em sua concepção das finalidades do jornalismo e da imprensa.

Recorrendo às diversas obras biográficas sobre Lacerda – inclusive uma baseada diretamente em suas próprias palavras, *Depoimento* - e à sua obra clássica *O Poder das Ideias*, que reúne artigos que expressam as suas opiniões gerais sobre o Estado, a cultura e a sociedade, procuraremos fornecer um retrato sucinto de sua personalidade e de seus ideais. Esses elementos, como não poderia deixar de ser, reaparecerão, dialogando com as demais partes do trabalho, quando for necessário retomá-los para compreender uma determinada postura editorial ou um determinado princípio teórico assumido por Lacerda ao pensar sobre o jornalismo.

Na segunda parte do primeiro capítulo, apresentaremos uma biografia “jornalística” de Carlos Lacerda, com destaque à sua atuação inicial como repórter em outros veículos. Na intenção de elencar suas realizações principais e a construção paulatina de seu perfil como profissional, selecionaremos algumas de suas matérias para menção específica, com base em critérios de repercussão nacional ou histórica ou impacto direto na vida pessoal de nosso personagem. É por isso que, por exemplo, detalharemos sua entrevista com um antigo líder da Revolução de 30, que teve influência no processo de esgotamento da ditadura de Getúlio Vargas, e o seu artigo *A Exposição Anticomunista*, determinante de sua expulsão dos círculos comunistas e sua guinada ideológica para um campo inteiramente oposto.

O segundo capítulo de nosso trabalho se dedicará a descrever o histórico e os posicionamentos da *Tribuna da Imprensa*, enfocando Carlos Lacerda como gestor de um veículo de imprensa e como editorialista. Procuraremos descobrir de que maneira a orientação prática e conceitual da *Tribuna* se inseria no contexto das transformações da imprensa brasileira vivenciadas durante seu período clássico, descobrindo, através de diálogos diretos com a obra *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*, em que medida ela as seguiu e absorveu.

Nossa análise apreciará as divisões temáticas das editorias contempladas pelo jornal, seu comportamento diante de algumas questões discutidas pelo debate público do momento e, principalmente, discutirá até que ponto a figura de seu dono e editor está ligada a esses diferentes aspectos. Utilizaremos esse capítulo, também, para apresentar alguns números e registros importantes, relativos à popularidade de Lacerda como

jornalista, às tiragens da *Tribuna da Imprensa* e o perfil dos quadros profissionais contratados ao longo da trajetória do veículo.

Em uma segunda parte, dedicaremos espaço especial para sintetizar o conflito entre a *Tribuna* e a *Última Hora* de Samuel Wainer, inclusão indispensável por evidenciar Carlos Lacerda e sua principal empreitada jornalística como agentes diretos das polarizações políticas de seu tempo através da própria imprensa, não apenas nas discussões em órgãos públicos. Chamaremos a atenção para as relações entre os dois jornalistas rivais, representando posições intensamente opostas, e o quanto o conflito entre eles se tornou pessoal e demarcou o fim de uma antiga amizade.

Concomitantemente à exposição dessa história, aproveitaremos a oportunidade para situar o Lacerda jornalista na televisão, demonstrando a originalidade de suas intervenções nesse outro veículo de comunicação que então apenas começava a ganhar destaque no país, e encontrou em nosso personagem um dos mais hábeis em sua utilização, em parte graças às influências de um radialista e apresentador de televisão católico norte-americano chamado Fulton John Sheen.

Finalmente, no último capítulo, trataremos, a partir de uma interessante tese levantada pelo professor Eduardo Refkalefsky e, sobretudo, de trechos do opúsculo de Lacerda *A Missão da Imprensa*, o pensamento lacerdista a respeito da atividade jornalística. Em relação à tese do professor Refkalefsky, interessará a apresentação que ela faz de Lacerda como um inovador na imprensa nacional, a partir de sua ênfase no conceito da “sétima pergunta” do lide, trazida ao corpo de nosso trabalho por ser uma das poucas análises acadêmicas que encontramos a reconhecer o lugar de Lacerda nesse âmbito.

A seguir, o capítulo, articulando as concepções expressas pelo próprio Lacerda com os aspectos práticos apresentados nos capítulos anteriores, procurará demonstrar em que medida nosso personagem pode ser considerado um intérprete e pensador do jornalismo, com observações que mereçam ser revisitadas na atualidade, e em que medida essa dimensão foi impactada pela construção prática de sua carreira – tanto na própria imprensa quanto em todo o restante de suas funções. Mostraremos, com destaque, a maneira por que Lacerda encarava o conceito de “opinião pública”, bem como o viés messiânico que atribuía ao jornalismo, desde o título de seu pequeno livro a respeito. Trataremos suas opiniões sobre a qualidade da imprensa brasileira, os defeitos e qualidades do jornalista nacional, e identificaremos sob que inspirações filosóficas ele teceu sua concepção geral.

Para além de querelas ideológicas e partidárias, acreditamos que essa face jornalística tem contribuições relevantes a fornecer, tanto para os interessados em compreender a trajetória da imprensa brasileira, na qual nosso personagem desempenhou um importante papel talvez menos ressaltado do que o necessário, quanto a personalidade histórica de Carlos Lacerda, que não estará completa sem esse aspecto. Do ponto de vista da história da imprensa, muitas das reportagens realizadas por Lacerda e a atuação da *Tribuna da Imprensa* no contexto político do momento tiveram impacto direto na evolução dos acontecimentos históricos, e se inseriram de uma maneira bastante particular, que exploraremos ao longo deste trabalho, na introdução dos paradigmas do jornalismo norte-americano em confronto com a imprensa panfletária do Império e da República Velha no Brasil.

Do ponto de vista da personalidade histórica de Lacerda, por parte daqueles que já estejam interessados em estudá-la e compreendê-la, a referência concatenada que nos disporemos a realizar deverá, esperamos, ser útil para enriquecê-la e facilitar-lhe uma compreensão mais abrangente.

2. CARLOS LACERDA: O HOMEM, O POLÍTICO E O JORNALISTA

Para entender melhor Carlos Lacerda como jornalista, é preciso percorrer inicialmente a trajetória que consolidou sua notória expressão como figura política e intelectual. Neste primeiro capítulo, associamos a trajetória política do líder udenista - compreendendo a formação de seu pensamento sócio-político e de sua presença no campo político-partidário brasileiro - à sua trajetória como jornalista, com destaque aos eventos mais impactantes de sua atuação como repórter.

2.1 O homem e o político

Nascido em 30 de abril de 1914, ele era filho do tribuno e escritor Maurício Paiva de Lacerda (1888-1959) e de Olga Caminhoá Werneck (1892-1979). Foi registrado em Vassouras, embora tenha nascido no Rio de Janeiro. Seu avô, Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda (1864-1925), fora ministro do Supremo Tribunal Federal e atuou em defesa de ideias republicanas e abolicionistas.

A história de envolvimento da família com a política continua com seu pai e seus tios, Paulo de Lacerda e Fernando Paiva de Lacerda. Os tios foram comunistas militantes, ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), e chegaram mesmo a ocupar cargos dirigentes. Segundo o biógrafo de Carlos Lacerda, John W.F. Dulles (1992, p. 9), Maurício deu ao ilustre filho seus nomes (Carlos e Frederico) em homenagem aos filósofos do chamado Socialismo Científico, Karl Marx e Friedrich Engels. Muitos amigos de Maurício eram anarquistas e socialistas que escreviam em *A Barricada* (1915) e *O Debate* (1917), bem como “líderes trabalhistas que desafiaram o presidente Venceslau Brás e a polícia durante as grandes greves em meados de 1917” (DULLES, 1992, p. 10). A vida do pai de Lacerda foi também especialmente intensa, tendo agido como ardente defensor de ideias socialistas como alternativas políticas válidas para o país, conquanto na maior parte do tempo se mantivesse em posição de independência com relação aos comunistas (DULLES, 1992, p. 21).

Para espanto de quem o conhece pela sua fase mais célebre, foi na esquerda que tanto combateria que Carlos Lacerda começou sua atuação tanto na política quanto na imprensa – que nos interessa mais diretamente aqui. Aos 16 anos, em fins de 1930, ele se apresentou para trabalhar no *Diário de Notícias*. Continuou seu trabalho em uma revista da Casa do Estudante do Brasil, que Lacerda, encarregado do projeto, chamou de *Rumo*. Em junho de 1934, foi nessa revista que Carlos Lacerda escreveu um artigo

dirigindo fortes críticas ao que considerava como feições fascistas de Plínio Salgado e sua Ação Integralista Brasileira.

Após a falência da revista, Lacerda passou a colaborar com a *Revista Acadêmica*, publicando lá seu primeiro artigo em 1934 – uma análise de *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, na qual, já cursando a faculdade de Direito, evidenciava sua adesão a ideias marxistas, ao argumentar que “quando a Revolução vier, encontrará um sistema para destruir. Não encontrará homens, porque esses, os da classe dominante, já se dissolveram na lama de si mesmos” (LACERDA *apud* DULLES, 1992, p. 35). Atuando em organizações estudantis com forte ideário esquerdista, pichou “Abaixo o imperialismo, a Guerra e o Fascismo” em uma estátua de Pedro Álvares Cabral. Ele também publicou artigos em 1933 no *Jornal do Povo*, veículo que Aparício Torelli fez circular durante cerca de duas semanas.

Apesar de tudo, Lacerda não fez uma inscrição oficial na juventude do PCB. Em 1935, porém, com a fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização de movimentos de esquerda formada para combater frentes populares de tendências vistas como fascistas, ele foi orador da diretoria local. Escrevendo de vez em quando para *A Manhã* e, mais assiduamente, para a *Revista Acadêmica*, Lacerda aproveitava a oportunidade para defender o programa marxista que abraçava. Com o pseudônimo de Marcos, contou em um livreto a história do quilombo de Manuel Congo – líder da maior rebelião de escravos ocorrida na região do vale do Paraíba do Sul, especificamente em Paty do Alferes, no Rio de Janeiro - de valor histórico, usado também para uma espécie de propaganda comunista velada, enaltecendo conceitos como o de “classe dominante” (DULLES, 1992, p. 38).

Em novembro de 1935, aconteceu a Intentona Comunista, uma tentativa de golpe contra Getúlio Vargas pelo PCB. Em 1937, aliando esse fato ao famigerado Plano Cohen, o então presidente do Brasil alegou a necessidade de instalar um governo de exceção, iniciando a ditadura do Estado Novo. Na clandestinidade, Lacerda se refugiou na velha chácara da família em Vassouras, onde foi protegido pelos parentes influentes. Nessa época, se casou com Letícia Abruzzini.

Em meados de 1938, a trajetória do jornalista seguiu um caminho natural para quem precisava de uma fonte de renda mais segura, e ele foi trabalhar no *Observador Econômico e Financeiro*. Curiosamente, Samuel Wainer (1910-1980), futuramente visto como um grande oponente de Lacerda, o admirava nessa época, e permitiu a publicação de alguns de seus artigos de cunho esquerdista em seu veículo *Diretrizes*.

A virada que fez Carlos Lacerda assumir o papel que o notabilizou historicamente se deu a partir de sua rejeição pelo próprio Partido Comunista. Tudo começou quando o governo do Estado Novo decidiu comemorar seu aniversário com uma exposição das realizações de seus ministérios, e uma parte dela abordava o combate do Ministério da Justiça ao comunismo. O *Observador*, ajudado financeiramente pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão do governo, deveria colaborar. Lacerda ficou reticente em escrever devido à sua ligação com os comunistas, mas alegou ter sido orientado por eles mesmos a publicar um artigo, tentando convencer o público de que a ideologia do partido não representava um perigo, e também “para evitar que um outro denunciasse pessoas ainda soltas ou comprometesse ainda outros” (LACERDA, 1977, p. 413). O texto publicado, porém, não agradou aos seus mentores, que acusaram Lacerda, na *Revista Proletária*, de ser “reles aventureiro a serviço do fascismo que, por algum tempo, conseguiu ludibriar a boa-fé dos meios revolucionários e democráticos”. (DULLES, 1992, p. 64). Eles o acusaram de ter escrito “um apelo indisfarçável à polícia para infiltrar-se no seio do PCB” e de manifestar “o despudor de afirmar que a direção do PCB havia supervisionado o seu provocativo trabalho” (DULLES, 1992, p. 64).

O percurso posterior de Lacerda demonstra que a transformação foi radical. Como registra Aloysio Castelo de Carvalho (2012, p. 39) em seu livro *O Caso Última Hora e o cerco da imprensa ao Governo Vargas*, Lacerda se converteu ao catolicismo por influência de Alceu de Amoroso Lima e Gustavo Corção. Se a opção religiosa já o fazia divergir do marxismo ortodoxo, sua transformação na esfera política apenas a acompanha. Lacerda assumiu uma faceta radicalmente anticomunista, afirmando que nessa doutrina há elementos incompatíveis com a nossa civilização, tais como “a marcha para a estatização das estruturas, a sua subordinação ao Estado como agente e dirigente de toda a sociedade”. (LACERDA *apud* CASTELLO, 2012, p. 39). Passou a enxergar na doutrina comunista o perigo de uma ditadura pior do que as outras, muito mais organizada, e, portanto, muito mais difícil de derrubar.

Lacerda se tornou o que hoje comumente, em um emprego vulgar do espectro político, se chamaria de “direitista”, ou conservador – apesar de ele próprio rejeitar o uso, uma vez que receava a multiplicidade de aplicações que são dadas aos termos “direita” e “esquerda”, preferindo ser conhecido apenas como um homem da democracia. Não foi o único representante da direita política no Brasil que abandonou um passado de envolvimento com a esquerda, antecedendo, nesse particular, nomes como Paulo Francis e Olavo de Carvalho. Sobre tais qualificações, dizia ele que “o

submundo tosco de ideias e refinadamente intuitivo dos caudilhos não conhece direita nem esquerda, senão como rótulos” (LACERDA, 1963, p. 17). Sintetizava sua concepção política defendendo a necessidade de “preservar a ordem como único meio de salvar a liberdade” (LACERDA, 1963, p. 27). Lacerda acreditava que “o mundo não anda numa nem noutra direção, à esquerda ou à direita; o mundo apenas anda, muito menos segundo as ideologias do que conforme soluções objetivas, fundadas no conhecimento dos problemas que os povos pedem ou inspiram a seus líderes” (LACERDA, 1963, p.27).

O Poder das Ideias (1963) é a obra em que Lacerda explicita mais objetivamente sua agenda política e as convicções que esposava nesse sentido, em relação ao seu partido e em relação ao país. Conhecer essas convicções é importante, pois, como mais à frente veremos, elas impactam diretamente em sua concepção das finalidades da imprensa e da atividade jornalística. Já na abertura, em sua mensagem ao leitor, Lacerda pontua sua crença em que a democracia ainda tinha muitos aspectos por desenvolver para que fosse considerada avançada no Brasil:

O que hoje se faz no Brasil não é senão um ensaio macaqueado, uma versão sul-americana de neofascismo ou comunismo subdesenvolvido. (...) Do lado democrático é preciso haver quem sustente o esforço de reorganização social, de reforma democrática do Brasil, ou melhor dito, de reforma do Brasil para a Democracia. É preciso haver quem confie nesse poder final e superior, que é o mais diretamente vinculado à própria ideia da origem divina do Homem: a capacidade de transformar o mundo pela força das ideias. (LACERDA, 1963, p.10)

À sua crítica, Lacerda somava a apresentação de uma alternativa, sob a forma de um conjunto de medidas e uma concepção de Estado, que poderia se concretizar a partir de uma necessária “reação liberal, isto é, em favor da única liberdade durável, a liberdade com responsabilidade” (LACERDA, 1963, p. 19). As alternativas que apresentava se conformavam a um discurso similar ao das ideias do liberalismo clássico, o que fica claro em declarações como esta:

Falta a liberdade fundamental – que é a de construir cada qual a sua vida, em harmonia com a sociedade, mas não sob a tirania do Estado. O Estado deve ser sempre contido. No caso brasileiro deve ser ainda mais, temido; porque ainda por cima, ele é incapaz, por falta de pessoal em condições de dirigi-lo. (LACERDA, 1963, p.50)

Entretanto, como Maurício Dominguez Perez (2007) sustenta em sua obra *Lacerda na Guanabara – A reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960*, ele tinha uma visão eventualmente um pouco mais estatizante da economia que a de liberais de tradição genuinamente inspirada na obra do economista Friedrich Hayek – ícone da Escola Austríaca e do liberalismo -, como veio a ser, por exemplo, o político Roberto Campos, seu contemporâneo. Houve alguma tensão entre os dois, quando este último foi ministro no governo Castelo Branco, embora, ao fim de sua vida, Lacerda tenha dito que “Roberto Campos conhece tudo que eu não conheço de economia, e eu conheço tudo que ele não conhece de política. Ele é o homem que eu escolheria para Ministro da Fazenda de meu governo” (DULLES, 2000, p. 588).

Lacerda se tornou muito popular entre uma considerável parcela da classe média, especialmente no Rio de Janeiro. Gerou-se, em torno dele, um fenômeno de predileção e idolatria, chamado por simpatizantes e detratores de *lacerdismo*. Juntou-se ao partido que reunia lideranças mais voltadas aos pensamentos conservadores e liberais no Brasil, a União Democrática Nacional (UDN). Em artigo intitulado “Materialismo, Economicismo, Nacionalismo”, Lacerda trata da sua percepção acerca de seu próprio partido, que ele resume da seguinte forma:

Creio que ninguém contesta que a UDN visa a preservar e sustentar, levando-os à prática, certos valores e princípios que se costuma resumir chamando-os princípios da civilização cristã, como tal denominada a herança da cultura, do estilo de vida, pensamento e comportamento que recebemos da cultura judaico-greco-latina através de nossos formadores, a religião cristã e a colonização portuguesa. (LACERDA, 1963, p. 50)

Com suas posições e sua filiação partidária, ele atraiu inimizades tanto de comunistas quanto de populistas e trabalhistas – os integrantes do que ele chamava de “oligarquia da Revolução de 1930”. A esse grupo, que Lacerda considerava dominar o Brasil, o udenista não poupava adjetivos violentos, definindo-os como “uma casta, que hoje se disfarça de socialisteira, como ontem de fascista, mas na realidade é uma casta de incapazes e desonestos profissionais da demagogia” (LACERDA, 1963, p.19).

Consequentemente, se tornou o maior inimigo público do governo de Getúlio Vargas. Quando, anos após o Estado Novo, Getúlio novamente se candidatou em 1950 à presidência, Lacerda já se destacava como opositor a sua campanha. Combateu também

os presidentes Juscelino Kubitschek de Oliveira e João Belchior Marques Goulart, além de Jânio da Silva Quadros (a quem inicialmente apoiou), mas foi mesmo a polêmica com Vargas que deixou mais marcas, tanto do ponto de vista político, quanto do ponto de vista jornalístico. Em 5 de agosto de 1954, ele sofreu um atentado em Toneleiros, em um evento que acirrou a crise que conduziu ao suicídio de Getúlio.

Durante esse mesmo governo constitucional de Vargas, Lacerda popularizou seu jornal, *Tribuna da Imprensa*. Originalmente, *Na Tribuna da Imprensa* era o nome de uma coluna que ele publicou no jornal *Correio da Manhã*, inspirando o periódico fundado em 27 de dezembro de 1949, repleto de matérias e editoriais famosos. Carlos Lacerda ainda foi vereador (1945), deputado federal (1947-1955), governador do Estado da Guanabara (1960-1965) e dono da editora *Nova Fronteira*.

Um dos aspectos mais criticados pelos adversários é sua vinculação a movimentos considerados golpistas, aos quais apoiou abertamente. Sobre isso, dizia: “não sou filho de uma ditadura, nem entusiasta de outra” (LACERDA, 1963, p.27), procurando demarcar um afastamento em relação aos autoritarismos fascistas, bem como ao totalitarismo comunista. Em 1964, Lacerda foi, ao lado de nomes como Ademar de Barros e Magalhães Pinto, uma das lideranças civis a defender a deposição do governo João Goulart.

Apesar do apoio inicial, ele não se satisfez com a prorrogação do mandato de Castelo Branco, o primeiro dos presidentes militares, e receou que o regime se transformasse em governo de exceção sem desfecho previsto, o que de fato aconteceu. Tornando-se oposição, articulou-se com antigos rivais políticos para formar a Frente Ampla. O resultado foi que teve seus direitos políticos cassados em 1968, vindo a falecer em 21 de maio de 1977, na clínica São Vicente, oficialmente por infarto no miocárdio. Na fase final de sua vida, dedicou-se às suas atividades como dono da editora Nova Fronteira.

2.2 O jornalista, sua carreira e as principais matérias

A história de Carlos Lacerda no Jornalismo começou, como vimos, ainda em sua juventude, no *Diário de Notícias*, fundado por Orlando Dantas, um veículo que havia feito uma “cobertura simpática à Revolução de 30”, mas “em 1932, apoiou o movimento constitucionalista e, durante o Estado Novo, adquiriu prestígio como órgão de resistência à ditadura e como veículo de expressão de intelectuais de oposição”

(RIBEIRO, 2007, p. 87). Por aí se vê que, desde o início de sua trajetória, Lacerda esteve envolvido em atividades de combate ao governo de Getúlio Vargas, ainda que motivado por diferentes inspirações ideológicas para empreender tal esforço, por ele próprio ter modificado seus pontos de vista e filiações políticas.

O primeiro artigo em que seu nome apareceu como autor veio à luz em 29 de agosto de 1931, no qual Lacerda discutia os anseios da juventude e aqueles que a desprezavam. Defendendo um aumento no espaço da Faculdade de Direito, o jornalista, nos artigos que se sucederam, usava de um “estilo floreado” e apoiava “a abolição do privilégio das cátedras” e a “livre manifestação de todas as correntes ideológicas do tempo presente” (DULLES, 1992, p. 31). Lacerda mantinha os leitores do *Diário de Notícias* informados sobre as atividades dos estudantes de Direito no Rio de Janeiro. Dulles destaca, entre as matérias produzidas com esse intento, a cobertura de um protesto contra a repressão policial ao professor Luís Frederico Carpenter, “acusado de introduzir ideias comunistas em suas aulas”.

Desde esse começo, Lacerda já demonstra sua verve ativista e sua disposição para o ataque constante, não se limitando às suas campanhas em relação à universidade; com efeito, ele produziu uma série a respeito do tratamento dispensado às crianças no Juizado de Menores, chegando a falar sobre o assunto na Rádio Diário de Notícias. Era uma das primeiras incursões dele a outros veículos de comunicação, o que voltaria a se repetir ainda muitas vezes, tanto no próprio rádio quanto na televisão, a partir dos anos 50.

No entanto, a principal função de Lacerda nesse início era, ainda adolescente, fornecer material a Cecília Meirelles, grande poetisa, pintora e jornalista brasileira, em sua coluna diária sobre educação. Segundo o biógrafo Dulles (1992, p. 31), estabeleceu-se uma relação de afinidade e admiração sincera entre o jovem e a artista e comunicadora. Juntamente com o marido de Meirelles, Fernando Correia Dias, Carlos Lacerda produziu uma reportagem sobre a imagem de um índio que aparecia em meio às rochas, num declive do pico do Corcovado, no Rio, intitulada *Outra estátua no Corcovado*.

Na Casa do Estudante do Brasil, com a diretora Ana Amélia Queirós, Lacerda se dedicou ao projeto da revista *Rumo*, uma publicação mensal da instituição, onde lançou, curiosamente, diversos artigos com críticas ácidas e sarcásticas ao catolicismo, religião que posteriormente viria a abraçar. Nessa época, ainda que com traços primitivos, Lacerda fazia ilustrações para seus textos, que vinham assinadas ao lado das de artistas

como Cândido Portinari. Nessa fase, ele foi responsável pela capa do primeiro livro da Casa do Estudante, *Sensacionalismo* – uma coletânea de artigos e discursos preparados pela associação dos estudantes de Direito, em combate ao “sensacionalismo indesejável nos meios de comunicação” (DULLES, 1992, p. 33). A referência a esse problema, repetida por Lacerda mais à frente em seu *A Missão da Imprensa*, como ainda veremos, é especialmente digna de destaque, diante das acusações que ele próprio receberia pelo teor dito virulento de seus editoriais.

Depois, já ligado à Federação da Juventude Comunista, Lacerda se tornou redator do semanal *A Marcha*, fundado por Francisco Mangabeira, chegando a ser preso em 1937 por agitação comunista. Foi a partir desse momento, no ano seguinte, que ele viveu a curiosa experiência de colaborar para a *Diretrizes*, de seu futuro arqui-inimigo Samuel Wainer. Chegou a trabalhar por alguns anos (até 1944) nos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand (RIBEIRO, 2007, p.144), como diretor da Agência Meridional e como secretário de redação de *O Jornal*. Em 1945, atuou como *freelancer* no *Correio da Manhã*. Essa longa trajetória que antecede a fundação da *Tribuna da Imprensa*, em 1949, momento em que sua carreira atinge o ápice quando ele se torna gestor de jornal e também assume protagonismo na cena política, pode ser representada através de alguns dos seus artigos e reportagens mais emblemáticos, que tiveram importância decisiva, quer na documentação e no impacto histórico, quer na vida pessoal de Carlos Lacerda.

A primeira delas, ainda na revista *Rumo*, é um marco do período em que Lacerda, como a maioria dos jornalistas, teóricos e articulistas brasileiros engajados politicamente, se associou ao enfrentamento ideológico do fascismo e do nazismo, que já preparavam sua escalada ofensiva que desembocaria na Segunda Guerra. No oitavo número da revista, em junho de 1934, Lacerda publicou um artigo mordaz contra o Integralismo de Plínio Salgado, uma doutrina política, com seu respectivo movimento, que vinha ganhando relevo na política brasileira e era apontada como tendo inspirações ideológicas e metodológicas no fascismo italiano, de Mussolini. O traço de intrepidez que caracterizou Lacerda em sua atividade jornalística e política aí se fez presente em relevo, quando ele desafiou o líder da Ação Integralista, comentando sua declaração segundo a qual quem se ocultasse por trás de comunicados anônimos seria tratado de forma implacável. Como que em resposta, Lacerda reproduziu uma ficha completa sobre si mesmo, e terminou ironizando o uniforme típico dos integralistas, chamados de “camisas verdes”: “estudante de Direito, 20 anos, magro, alto, moreno, camisa de todas as cores, menos verde” (LACERDA *apud* DULLES, 1992, p. 35).

A segunda matéria que destacamos é “A Exposição Anticomunista”, redigida para o *Observador Econômico e Financeiro*, nº 36, em 1939, e aquela que demarcou um dos momentos mais difíceis da vida de Lacerda: seu rompimento com o comunismo. Tal é a sua importância na formação do personagem que se consagrou na História, que essa reportagem merece maiores comentários.

Enquanto trabalhava no *Observador*, vale dizer, Lacerda ainda escrevia para outros periódicos, como o *Diretrizes* de Wainer; seus artigos eram longos e repletos de dados a respeito dos assuntos pesquisados. Ele chegou a passar, por exemplo, 12 dias em Santos, colhendo informações para um artigo sobre o cais do porto.

O artigo a respeito das atividades comunistas no Brasil correspondia a essas características; era longo e detalhado, perfazendo 29 páginas (LACERDA, 1977, p. 413). O próprio Lacerda o definia como “inodoro, insípido e incolor”, não estando citados “nem mesmo os chefes da revolta comunista de 35”. O único nome constante é o de Luís Carlos Prestes, “chefe notório do PC e que já estava preso naquela ocasião”. O artigo descreve a trajetória do comunismo internacional, tecendo comentários sobre as Internacionais e as relações entre socialistas e anarquistas, passando pela infiltração do marxismo no Brasil, a formalização do Partido Comunista, a Coluna Prestes e a Intentona de 35. Descreve a própria Aliança Nacional Libertadora, na qual Lacerda havia discursado, terminando por enaltecer a exposição anti-comunista do Estado Novo e a força do próprio regime getulista no combate às conspirações clandestinas dos comunistas.

A terceira dessas matérias marcantes de Lacerda é a entrevista com José Américo de Almeida, no próprio *Correio da Manhã*, no início de 1945. O Brasil havia passado por 15 anos de governo getulista, envolvendo o Governo Provisório pós-Revolução de 30 e o Estado Novo propriamente dito, e a Segunda Guerra Mundial se encaminhava para seu fim. É conhecida a influência que aquele momento histórico exerceu sobre os militares brasileiros, envolvidos em um conflito contra as forças fascistas do Eixo, enquanto tinham, em seu próprio país, um governo ditatorial. As pressões sobre o regime nacionalista de Vargas se intensificavam, encaminhando-o para o seu fim. José Américo de Almeida, como Lacerda o anunciava na entrevista, havia sido “chefe civil da Revolução de 30, no Norte, Ministro da Aviação e depois candidato à Presidência da República” (PINHEIRO NETO, 1998, p. 163), o que fazia dele uma liderança importante. Era simbólico que, no momento em que a posição de poder de um líder tão representativo da Revolução de 30 quanto Vargas se via ameaçada, outro

personagem também de grande expressão naquele evento – e que tinha tido suas pretensões à presidência interrompidas pelo golpe de Estado de 1937 - se manifestasse sobre a situação política do país.

Lacerda transcreveu as palavras de José Américo alternando os discursos direto e indireto. Seu texto, quando escrito em seus termos e não nos do chefe revolucionário, enaltecia a “força telúrica” do entrevistado, e a sua “dignidade” em saber esperar – isto é, não primava por um esforço claro por objetividade e neutralidade, adotando um pouco do tom panfletário dos antigos periódicos do período monárquico e da República Velha (assunto a que voltaremos no próximo capítulo). A intenção da entrevista já era, desde o começo, representar uma espécie de manifesto; ela foi concebida nos encontros de Lacerda com um centro de reunião de opositores do governo, em casa de Luís Camilo de Oliveira Neto (DULLES, 1992, p. 80-81), também ex-revolucionário de 1930 e um dos articuladores do Manifesto dos Mineiros – famoso documento que clamava contra o Estado Novo. As palavras diretas de José Américo, porém, já eram bastante incisivas por si sós, sustentando, em síntese, que era necessário produzir uma Constituição submetida “a uma comissão de notáveis e à consideração de órgãos autorizados, como a Ordem dos Advogados”, com a preocupação de que fossem respeitados “nossas tradições jurídicas e os ideais democráticos”, a fim de que se desse a aprovação por uma Assembleia Constituinte. Recomendou vivamente, também, que o próprio Getúlio não se candidatasse para um mandato consecutivo na presidência, elencando argumentos, como o de que “a longa prática do poder, sobretudo de um poder discricionário, vicia os seus elementos políticos e administrativos, incapacitando-os, perante a opinião, para uma obra de renovação cívica e material. Esse material humano já não dispõe de crédito para empreender uma nova aventura” (PINHEIRO NETO, 1998, p. 166).

Além disso, empreendendo uma análise aprofundada da situação econômica, Américo pontua como problema “a intervenção de um Estado desaparelhado e incapaz” (PINHEIRO NETO, 1998, p. 170). De acordo com ele, essa intervenção exacerbada e mal concretizada prejudicou soluções que a iniciativa particular já estaria encontrando para determinadas dificuldades do país. Aqui, o entrevistado abre espaço para uma argumentação com certo viés liberal, com que o próprio Lacerda passaria a simpatizar. Ainda sobre a eleição que deveria vir, Américo pontuou que “só três brasileiros (...) não podem ser candidatos à Presidência da República nesta quadra” (PINHEIRO NETO, 1998, p. 172). Dois desses três eram ele mesmo e Armando de Sales Oliveira, que o

havia enfrentado na campanha de sucessão de 37, malograda pelo golpe de Getúlio, e que deveriam “estar juntos, unidos e contribuindo para unificação das forças políticas do Brasil em benefício da restauração democrática”. O terceiro era, é claro, o próprio Vargas,

(...) porque se incompatibilizou com as forças políticas do país. Malsinou tanto os políticos e as organizações partidárias, em seus recentes discursos, que os mais sensíveis, isto é, os mais briosos, já se arregimentaram contra ele. E o que convém à Nação é um homem capaz de fazer convergirem para o seu nome e o seu programa todas as correntes de colaboração. (PINHEIRO NETO, 1998, p. 172)

A importância dessa entrevista incisiva pode ser mensurada pelas palavras de Murilo Mello Filho (PINHEIRO NETO, 1998, p. 161), que atribuem à “bravura cívica” de José Américo nada menos que a “queda da ditadura em 1945”. Segundo Mello Filho, a “sensacional” entrevista foi o “começo do fim” para o regime autoritário, rompendo e desmoralizando a censura, graças à iniciativa de Carlos Lacerda, já então desligado do movimento comunista.

Um último exemplo interessante de produção jornalística de Lacerda antes de sua fase como gestor de jornal se deu quando da nomeação de Iedo Daudt Fiúza, prefeito de Petrópolis na década de 30 e diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para candidato presidencial do Partido Comunista Brasileiro (DULLES, 1992, p. 87). Recebendo informações de seu primo Nestor Barbosa a respeito de Fiúza, Lacerda publicou no *Diário Carioca* uma série diária de artigos, entre 22 de novembro e o dia das eleições, “sob grandes manchetes, acompanhados de fotografias mostrando documentos e valores imobiliários de Fiúza e seus sócios”. (DULLES, 1992, p. 88) Aqueles artigos, segundo Dulles, iniciaram os leitores “num estilo jornalístico que veio a ser um aspecto do lacerdismo” e tornaram “Carlos famoso como o jornalista político mais sensacionalista do Brasil e combatente anticomunista”. Esses artigos representam um marco importante por demonstrarem de forma contundente a transformação da figura política e jornalística de Lacerda de um comunismo entusiasmado para um anticomunismo igualmente intenso.

A trajetória rica e, como veremos ainda mais à frente, marcada pela defesa da liberdade de expressão, apresenta, no entanto, um momento que poderia ser compreendido como um senão para Lacerda por seus detratores, ocorrido em sua fase

como governador da Guanabara, e que cabe mencionar aqui. Trata-se do episódio da censura durante as greves e distúrbios ocorridos após a renúncia de Jânio Quadros em 1961. Registra-se que, segundo Lacerda,

foi o coronel Golbery do Couto e Silva, secretário-geral do Conselho Nacional de Segurança, que pediu ao secretário de Segurança da Guanabara, general Sisenio Sarmiento, que instaurasse a censura no Estado. Lacerda estava de acordo, pois considerava a censura “absolutamente indispensável”. Para evitar que fossem divulgadas notícias que pudessem “pôr em perigo a ordem pública”, soldados do Exército e da Polícia Militar exerceram uma “censura rigorosa” do rádio e da televisão. (...) A Guanabara se destacou entre os estados pela severidade da repressão. (DULLES, 2000, p. 60)

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e o Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas da Guanabara protestaram contra a censura, que Lacerda declarou suspensa em 30 de agosto. *O Globo*, que também fora vítima, foi um dos poucos a se levantarem em defesa de Lacerda, diante das fortes críticas que recebeu. O jornal da família Marinho se manifestou, alegando que não podia concordar em que se procurasse ferir um colega, na sua condição de jornalista, por atos praticados em sua “qualidade de governador”; acrescentaram que os atos de Lacerda para “a manutenção da segurança e da ordem” deveriam “a ele mesmo, mais do que a qualquer outro, causar desgosto” (DULLES, 2000, p. 62).

Tamanha confusão teve desdobramentos. O chefe de polícia Helio Tornaghi, tempos depois, concedeu entrevista negando responsabilidade pela censura, e o diretor da censura na Guanabara, Ascendino Leite, assumiu-a para si, “em consonância com as decisões dos comandos militares”, e pediu demissão. Lacerda não aceitou a demissão dele e comentou que “a responsabilidade da censura é minha, embora não fosse minha a decisão de fazê-la. Tão logo me foi possível, suspendi-a. Mas, instaurada, conseguimos impedir o que estava por vir” (DULLES, 2000, p. 72). Perante a Comissão de Liberdade de Imprensa da Associação Interamericana de Imprensa, Lacerda teve que se explicar, alegando que, “em fins de agosto, com o Brasil à beira da guerra civil e com o governo em Brasília “praticamente isolado dos estados”, cada governador fora obrigado a tomar as medidas que considerava necessárias” (DULLES, 2000, p. 73).

De acordo com ele, embora fosse pessoalmente, desde que firmou suas convicções democráticas, contrário à censura da imprensa, não tivera alternativa, porque

os comunistas “havia saído às ruas em campanha de agitação na qual vários jornais, inclusive o seu, foram atacados” (DULLES, 2000, p. 73). Os relatórios finais da Comissão condenaram a censura, embora a reconhecessem como transitória e de aplicação jamais generalizada, mas Júlio de Mesquita Neto argumentou que Lacerda, “como jornalista, sempre defendera a liberdade de imprensa”, e a condenação não se estendeu ao então governador. O episódio, embora isolado, não poderia ser ignorado em um compêndio de suas atividades relacionadas à prática jornalística. Entendamos tais incidentes como efeitos de um erro circunstancial, ou como uma atitude circunstancialmente compreensível, eles não anulam a importância da história construída pelo personagem.

Em sentido contrário, tendo Lacerda como a vítima, está o processo como traidor da pátria que recebeu por ler, na Câmara dos Deputados, um telegrama secreto do Ministério das Relações Exteriores, “tornando possível a decifração do código usado pelo Itamarati” (RIBEIRO, 2007, p. 150). A imprensa alardeou o caso, que se tornou o assunto dominante do momento. Lacerda teve, então, que se defender, não apenas em comícios e reuniões por toda a cidade, como também na Associação Brasileira de Imprensa, onde apelou para o risco à democracia que o processo representava. De fato, durante o governo de Juscelino Kubitschek, a quem fez, como de praxe, intensa oposição, Lacerda foi proibido de falar no rádio (DULLES, 1992, p. 257). Também ele, portanto, foi vítima de censura.

A atuação de Lacerda no Jornalismo, finalmente, não se limitava à participação em instituições e órgãos, nacionais e internacionais, que lidavam com a questão da liberdade de imprensa, nem à sua atuação predominante – foco das atenções neste trabalho – na mídia impressa; Lacerda também teve presenças memoráveis no rádio e na televisão. Durante a crise da *Última Hora* (que comentaremos mais detalhadamente no próximo capítulo), Assis Chateaubriand e Roberto Marinho cederam espaço a ele em suas emissoras para atacar Getúlio Vargas e Samuel Wainer. Em 1964, ficou famosa a transmissão radiofônica diretamente do Palácio Guanabara, quando, durante a crise que levou à deposição de João Goulart, acreditou-se que tropas comandadas pelo almirante Aragão invadiriam a sede do governo estadual. Ele também se utilizou da televisão e do rádio no debate com Roberto Campos, quando de sua tensão com o governo Castelo Branco, em que leu “um trabalho cuidadosamente preparado que enviei ao Presidente da República sobre a política econômica do governo” (LACERDA, 1965, p. 11).

Em uma pesquisa realizada em 1950 pelo Anuário Brasileiro de Imprensa (RIBEIRO, 2007, p. 228), com a pergunta “Qual o jornalista que o senhor mais gosta de ler?”, tendo entrevistado 600 famílias, mostrou-se a forte penetração de Lacerda na chamada classe A, não sendo tão lido pelas classes mais populares. Como foram utilizados na pesquisa pesos diferentes para cada classe, Lacerda ficou em terceiro entre os jornalistas mais lidos, mas se o critério fosse a aritmética simples, ele ficaria em primeiro lugar. Comparando os dados da pesquisa com outras anteriores, no final da década de 40, constata-se que ele já era um dos jornalistas mais lidos do Brasil, e apenas manteve o posto. Era “um tipo de profissional em processo de desaparecimento” (RIBEIRO, 2007, p. 229), da categoria dos “antigos e populares redatores-editorialistas, conhecidos por seu estilo pessoal e admirados pelo seu domínio da retórica” (*idem*). Essa orientação influenciaria nos rumos da *Tribuna da Imprensa*, jornal que comandaria, como veremos a seguir.

3. A TRIBUNA DA IMPRENSA: LACERDA NO AUGO COMO GESTOR DE EMPREENHIMENTO JORNALÍSTICO

No capítulo anterior, traçamos um retrato biográfico sucinto de Carlos Lacerda, elencando os eventos históricos e a formação filosófico-política que fizeram dele o personagem que se notabilizou na República brasileira, e começamos a explicitar sua faceta jornalística, a partir de um resumo dos principais periódicos e de algumas das matérias jornalísticas mais importantes que produziu em sua carreira de repórter, especialmente na juventude.

Nossa análise se desdobrará agora pela fase áurea de sua atuação na História, o período em que ela foi mais direta e notória, tanto através da imprensa quanto na esfera partidária e parlamentar. Adentrando a década de 1950, chegamos ao momento em que Lacerda se torna gestor de jornal, ganhando notoriedade pelos seus incensados editoriais: os tempos clássicos da *Tribuna da Imprensa*. Aqui, nós o vemos implementando, na condução geral de todo um empreendimento jornalístico, as suas concepções teóricas e as práticas assimiladas na experiência como repórter. Em uma segunda parte, reservamos um espaço para sintetizar a história do memorável conflito entre a *Tribuna* e a *Última Hora*.

3.1 O jornal, seu conteúdo e sua história

Evidentemente, não é possível abranger uma visão ampla do Lacerda jornalista sem conhecer a *Tribuna* e, por sua vez, não é possível compreendê-la sem inserí-la na lógica das transformações jornalísticas dos anos 50. A década é apontada pelos historiadores da imprensa como um momento de transformações muito significativas, em que se verificaram reformas tanto gráficas e técnicas quanto ideológicas, inspiradas no modelo norte-americano de Jornalismo. De fato, é costume dividir a história da imprensa em antes e depois dos anos 50. Como diz Ribeiro (2007, p. 13), deu-se a “passagem do jornalismo político-literário para o empresarial”.

A imprensa abandonou definitivamente a tradição de polêmica, de crítica e de doutrina e a substituiu por um jornalismo que privilegiava a informação (transmitida “objetiva” e imparcialmente” na forma de notícia) e que a separava (editorial e graficamente) do comentário pessoal e da opinião. (RIBEIRO, 2007, p. 13)

Carlos Lacerda, comandando a *Tribuna da Imprensa*, ocupou seu papel nesse processo – segundo Ribeiro (2007, p. 146), “subestimado pela historiografia da imprensa - de muitas maneiras: introduzindo metodologias e preocupações modernas no seu “fazer jornalístico”, levando em alta consideração a qualificação profissional e compreendendo a atividade jornalística como uma profissão específica, com seu cabedal técnico específico. Entretanto, sua atuação no veículo e a maneira como introduziu nele a sua filosofia representam um material de estudo peculiar nesse aspecto, porque não se trataram de uma transição completa para o modelo moderno. A ideologia da objetividade, da neutralidade e da imparcialidade – a que Lacerda apresentou uma crítica que abordaremos no próximo capítulo – ganhou força nos anos 50, embora não fosse, como se sabe, uma total novidade daquele período.

Entretanto, para alguns autores, a *Tribuna* se aproximava da tradição jornalística anterior, do Império e da República Velha, marcada pelos “diários polêmicos e combativos” com “tom panfletário” (HONS *apud* RIBEIRO, 2007, p. 146), utilizados como “instrumentos a serviço de seus donos”. Ainda assim, a partir do estabelecimento de um corpo técnico-profissional formado em moldes modernos e de uma preocupação técnica nesse sentido, fica claro que a *Tribuna* não pode ser tão facilmente enquadrada na categoria antiga. Ao contrário, Ribeiro (2007, p. 146) conclui que ela “serve como um exemplo paradigmático das contradições por que passava a imprensa nos anos 50”. Dilema similar entre “informação e opinião, entre modernização e arcaísmo” fazia parte do “fazer jornalístico” de outros veículos da mesma época, como a rival *Última Hora* e o *Diário Carioca*. A forma como esses conflitos próprios da emergência de uma nova forma de entender e praticar o jornalismo foram percebidos na *Tribuna* pode ficar mais clara se percorrermos parte de sua história e observarmos como se portou em relação à sua linha editorial e seu estilo, bem como a intensidade do papel de Lacerda na determinação desses aspectos.

Já contamos brevemente que a *Tribuna da Imprensa* toma seu nome de uma coluna que Lacerda publicava anteriormente no *Correio da Manhã*. Como o próprio conta em seu *Depoimento* (LACERDA, 1977, p. 75), tudo começou a partir de uma desavença com Paulo Bittencourt, que não lhe permitiu publicar um artigo em que criticava a família Soares Sampaio, amiga do dono do jornal.

Lacerda lançou então uma “subscrição pública”. Pela *Rádio Guanabara*, através de um programa diário que mantinha, ele anunciou “o lançamento de uma Sociedade Anônima que iria editar o novo jornal e informava que receberia as contribuições no seu

escritório, na Av. 13 de Maio” (RIBEIRO, 2007, p. 144). Ele afirma que conseguiram “um capital de 12 mil cruzeiros” (LACERDA, 1977, p. 75) – ou segundo a Tribuna da Imprensa, nove mil (RIBEIRO, 2007, p. 144) - e ele comprou por 700 cruzeiros o prédio que passou a ser a sede do histórico jornal, na rua do Lavradio, 98, vindo à luz a primeira edição em 27 de novembro de 1949. O jornal foi fundado a partir da criação da Sociedade Anônima Editora Tribuna da Imprensa, com 34 mil acionistas, estando entre os primeiros os nomes de Aduino Lúcio Cardoso, José Eduardo Prado Kelly, Horácio Fontoura Sobral Pinto, Aliomar Baleeiro, João Cleofas, Prudente de Moraes Neto, Carlos de Lima Cavalcanti, Nestor Duarte, Luiz Camilo de Oliveira Neto, Maurício de Lacerda Filho, José de Andrade Werneck e Wilson de Oliveira (RIBEIRO, 2007, p. 144).

José Maria Homem de Montes, de *O Estado de São Paulo*, comenta que via em Lacerda alguém “cheio de ideias para um jornal que evitaria o sensacionalismo e verificaria a fidedignidade dos anunciantes”, tendo inclusive redigido um “código de ética comercial” com a finalidade de proibir “anúncios indecentes ou propaganda comercial que desacreditasse firmas concorrentes, oferecesse panaceias ou iludisse o leitor, dando-lhe a impressão de que se tratava da opinião do jornal” (*idem*). Todas essas preocupações, concorde-se ou não em que o jornal as tenha respeitado em todos os momentos, refletem os pressupostos teóricos que Lacerda sustenta para a tarefa da imprensa, que veremos destrinchados no capítulo seguinte.

Lacerda ocupa um espaço interessante no *Depoimento* descrevendo como organizou as atividades do jornal, introduzindo em primeira pessoa os questionamentos e desafios de um gestor de jornal daquele tempo. Sua primeira ideia foi estabelecer “um Conselho Consultivo, formado pelo Aduino, Corção, Tristão de Athayde, Sobral Pinto e o Dario de Almeida Magalhães”, nomes representativos da UDN. A iniciativa se inviabilizou, segundo ele, porque “cada vez que a gente queria publicar um artigo tinha que reunir o Conselho Consultivo, cada qual mais individualista que os outros”. O conselho foi desfeito em 1952. Carlos Lacerda, a esse tempo, estava “rompido com o grupo católico ligado à fundação da *Tribuna*” (DULLES, 1992, p.146).

Ele se justificava dizendo que “não havia criado um jornal para servir a um grupo, e repreendeu esse grupo, cheio de “ vaidade mórbida”, pela falta de generosidade e humildade” (*idem*). Carlos não queria, ao que parece, tolerar interferências; também por essa razão “viu seus planos para lançar uma revista semanal em São Paulo irem por água abaixo quando descobriu que empresários daquela cidade, que iriam financiar o

projeto, exigiam uma voz ativa na política editorial” (DULLES, 1992, p. 146). Essas ponderações de Dulles podem fornecer uma indicação do seu viés centralizador, ou, se assim quisermos entender, seu fervor por manter o jornal dentro de uma linha independente de ditames alheios.

De fato, Aluísio Alves, redator-chefe do jornal no início dos anos 50, dizia que o “método de Lacerda, que participava de tudo, escrevia do seu artigo a pequenas notas, acompanhava todas as seções do jornal, orientava, reclamava, modificava, numa velocidade de trabalho difícil de acompanhar” (RIBEIRO, 2007, p. 148), era uma dificuldade real a ser enfrentada pela equipe do periódico. Sua impressão, portanto, concordava com a noção de que Carlos exagerava na centralização administrativa.

A despeito disso, o principal problema que Lacerda alegava perceber nos integrantes do conselho consultivo era o desconhecimento de parte importante da equipe do ritmo de trabalho de um jornal e da velocidade com que as decisões precisavam ser tomadas. Ele já introduzia, nessas observações, o que deixaria mais claro em seu opúsculo *A Missão da Imprensa* (1950): sua convicção de que o Jornalismo era um campo técnico particular, em que era preciso adquirir conhecimentos e experiências específicos, o que significava obter qualificação profissional. Na falta desses conhecimentos, na visão de Lacerda, os bastiões udenistas queriam se intrometer nas deliberações do jornal nos mínimos detalhes, o que entravaria o seu ritmo natural de trabalho. Esse conflito, em certo sentido, pode refletir também as divergências que havia entre Lacerda e seu próprio partido, que não foram poucas. Lacerda de fato não costumava se dobrar às vontades de seus companheiros de legenda, a despeito de ser o grande capital político da UDN.

Ele conta, então, que a Tribuna se transformou em uma “espécie de escola do jornalismo” (LACERDA, 1977, p. 75), em que ele começou a contratar e abrigar repórteres que jamais havia visto na vida. Ele faz referência, inclusive, a um experiente jornalista egresso do *Diário Carioca*, um “velho trotskista maravilhoso”, Hilcar Leite, o que prova que o jornal, apesar de suas orientações bastante calcadas nos posicionamentos do seu proprietário e dirigente, não era tão rígido quanto ao perfil ideológico dos contratados. Muitos repórteres começaram a trabalhar na *Tribuna*, lidando com suas dificuldades econômicas, logísticas e técnicas – não havia, por exemplo, condução para eles, e a rotativa “não dava reproduções nítidas das fotografias tiradas por Diógenes” (DULLES, 1992, p. 128), sendo este último, ao começo, o único fotógrafo.

Lacerda faz menção também a Stefan Baciu, que lhe tinha enviado “um poema engraçadíssimo lembrando a vida na *Tribuna*”, que era, na definição do próprio dono, “um jornal realmente muito estranho” (LACERDA, 1977, p. 76). O mesmo Stefan Baciu é uma figura importante nesse contexto porque é o autor de uma obra, intitulada exatamente *Lavrado 98*, em que conta, de maneira lírica e em tom bastante pessoal, histórias acontecidas na redação da *Tribuna*, relembrando nostalgicamente personagens marcantes que frequentaram as dependências da sede. Alguns comentários de Baciu, ele próprio um poeta e romancista de origem romena atraído pelas ideias da social democracia, ilustram de maneira muito rica o cotidiano daquele jornal. Ele diz, por exemplo, que era a “redação mais cosmopolita do Rio – talvez do Brasil e até do mundo; lá havia gente da Alemanha, de Portugal, da Hungria, da Romênia, dos Estados Unidos e até do Egito” (BACIU, 1982, p. 172). Aos olhos de Baciu, não apenas a *Tribuna*, mas a imprensa carioca como um todo era uma “das mais dinâmicas e originais, não só do Brasil, mas de toda a América Latina” (BACIU, 1982, p. 39). A diversidade existente na equipe da *Tribuna* só não se manifestava em um aspecto que praticamente todos os presentes parecem ter externado: na admiração e na simpatia pelo líder que conduzia o veículo. Baciu qualifica vários dos repórteres e funcionários que lista em seu livro, a despeito das diferenças entre eles, como “lacerdistas doentes”.

Ao mencionar o fato de que o jornal vivia em constantes crises financeiras, Baciu entende isso como uma característica normal para um jornal que tinha por lema, registrado sob o título em cada edição, “um jornal que pensa o que diz porque diz o que pensa”. Essa ênfase na dimensão do posicionamento e da opinião, do “pensamento do jornal”, está identificada, inconfundivelmente, com o seu fundador. “De 1949 até 1962, a *Tribuna* foi conhecida como o jornal de Carlos Lacerda” (RIBEIRO, 2007, p. 143). O personalismo, característica marcante na política, era muito forte também na imprensa, o que não era exclusivo do periódico do líder udenista, mas em seu jornal, sem dúvida, como se vê nessas descrições, adquiria uma dimensão particular, tanto na dinâmica interna da feitura das edições, quanto na sua recepção pelo público. A força de seus editoriais polêmicos é uma clara demonstração disso.

As vendas da *Tribuna* ganhavam fôlego a partir daqueles textos incensados contra o governo vigente, o que nos anos 50 significava, é claro, seu grande inimigo Getúlio Vargas. Tanto isso era verdade que “suas viagens ao exterior em 1952 tiveram um efeito contrário, como Mauricinho, escrevendo para Paris, contou-lhe em abril” (DULLES, 1992, p. 146). Sérgio Lacerda, filho de Carlos, conta um caso engraçado que

delineia de forma bastante pitoresca a luta de um jornal menor para se equiparar aos maiores. Aos 13 anos, na avenida Copacabana, ele encontrou um “jovem jornalista gritando “*Cruzeiro*”, “*Globo*”, “*Última Hora*””. Diz ele: “Então dei-lhe... Cr\$ 5,00 (...) para gritar *Tribuna da Imprensa*. Foi uma maravilha. A *Tribuna* passou à frente do *Cruzeiro*, *Globo*, etc” (DULLES, 1992, p. 146). Nesse período, é digno de nota que Lacerda havia sido eleito secretário-geral da Associação Interamericana de Imprensa em 1951. O desafio de enfrentar os “grandes” deveu à *Tribuna* o apelido pejorativo de “lanterninha” – o que não alarmou Lacerda. Fazendo da lanterna um símbolo da busca pela verdade, ele a pôs na folha inicial de seu periódico (PAIVA, 2008, p. 5).

Num artigo de primeira página, “Afiml começamos”, lançado junto ao primeiro número da *Tribuna* – devido a um atraso no lançamento previamente anunciado, em razão de obstáculos técnicos como “a falta de gás para esquentar a caldeira” (DULLES, 1992, p. 128) -, a diretoria do jornal “escreveu que gravuras excitantes, grandes manchetes e “falsa respeitabilidade” não apresentavam nada de útil ao leitor.” Caberia à *Tribuna* a missão de evitar esses atalhos; ela daria ao leitor “a informação honrada, lhe faria companhia, gemeria com ele as suas queixas e talvez o guiaria, preparando-o para os dias de vitória” (*idem*). Refletindo o evidente interesse de Lacerda em estabelecer um padrão orientador geral e conduzir os rumos de seu empreendimento, a *Tribuna* foi o segundo jornal brasileiro a adotar um manual de redação, adaptando o manual do *Diário Carioca*, com algumas poucas modificações.

A diferença entre os manuais dos dois jornais estava em que o da *Tribuna* acrescentava “recomendações “morais” (RIBEIRO, 2007, p. 283). Esse detalhe é importante, porque reflete o homem Lacerda e o Lacerda como teórico da imprensa, que exortava a uma interpretação quase messiânica da profissão, como abordaremos no próximo capítulo deste trabalho. De acordo com essa concepção, a *Tribuna* teria o dever inegociável de “cristianização da sociedade” – o que repercute o compromisso filosófico-político de Lacerda com as bases da cultura cristã e da civilização ocidental. Dentro dessa linha, a seção infantil, “dirigida por Darci Evangelista, evitaria o uso de histórias em quadrinhos com gângsteres e histórias de assustar”.

Aqui, é oportuno abrir parênteses para situar o pensamento de Lacerda, como gestor de jornal, em relação às histórias em quadrinhos. Desde a década de 40, curiosamente, Carlos manifestava hostilidade aos chamados *gibis*, inclusive os de super-heróis. Em uma discussão do Congresso em que este deliberava sobre a imposição de restrições ao uso de histórias em quadrinho estrangeiras, Lacerda se posicionou

contrariamente, a favor de uma “política liberal”, porque a proposta era “por demais nacionalista e inspirada por interesses comerciais”. Entretanto, fora da esfera da proibição, “preveniui contra o “Super-Homem” e outras histórias “que contribuem para a deformação sistemática da mentalidade infantil” (DULLES, 1992, p. 79). Em 1946, ele dizia que os gibis eram “como veneno importado para as crianças”, porque teriam se multiplicado os escritores “comunistas” nesse ramo artístico. Sua opinião naquele final de década de 40 era de que “a ideia dessas revistas é que o crime seja uma condição normal de vida. Há a ideia de que a vida passa num plano superior a todas as contingências humanas e, ao mesmo tempo, ignorante de todas as onipotências divinas. Deus não admite super-homens, supermacacos ou super-Robertos Marinhos”.¹ A disputa em torno dos quadrinhos, porém, era bastante política, e a referência a Roberto Marinho denota isso. Poderosos proprietários de jornais, em especial o próprio Marinho e Assis Chateaubriand, adotaram os suplementos de quadrinhos, obtiveram sucesso com essa inovação e também atraíram a ira de setores mais moralistas, levando até mesmo a um projeto de lei de 1949, do então vereador Jânio Quadros, sugerindo “impedir que as leituras atentatórias aos bons costumes” fossem expostas nas bancas de jornais.

No campo do Jornalismo, a oposição virulenta às histórias em quadrinhos, aparentemente infantil e pouco lisonjeira, não foi, é preciso salientar, exclusividade de Lacerda. Seu então futuro grande rival Samuel Wainer, na *Última Hora*, e Orlando Dantas, de *O Diário de Notícias*, também chegaram a mover campanhas contra a leitura dos quadrinhos, a que taxaram de “fábricas de criminosos mirins” e “verdadeiros manuais de crime”. No caso de Lacerda, é possível especular uma influência dos grupos católicos mais tradicionalistas de que ele se aproximava naquele período sobre sua posição, embora essa atitude estivesse inserida em um contexto maior de disputa entre os donos de jornais.

A *Tribuna da Imprensa*, assim como seu dono, também nasce sustentando a imoralidade da lei do divórcio. A história da relação entre Lacerda e os sacerdotes católicos, que firmaram suas primeiras convicções religiosas depois do traumático rompimento com o comunismo, pode ser um detalhe importante aqui, e parece ter se refletido na evolução do comportamento do jornal. Adriana Paiva (2008, p. 6) sustenta

¹ Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2005/04/01/a-nona-arte/>. Acesso em 07 de junho de 2015.

que essa vinculação se iniciaria pela admiração de Lacerda pelo radialista e autor católico norte-americano Monsenhor Fulton J. Sheen, que ele entrevistara para o *Correio da Manhã* e teria inspirado suas convicções na fragilidade de uma perspectiva puramente economicista, materialista e tecnocrática da política e da realidade social, máculas do “liberalismo” que teriam desembocado diretamente no próprio “comunismo” e toda a sua faceta anticristã e hostil aos valores ocidentais.

Seguindo as interpretações de Sheen, o liberalismo poderia ser defendido como uma filosofia “que acreditava no aperfeiçoamento progressivo das liberdades civis, sociais, políticas, econômicas e religiosas dentro de um quadro da lei moral” (LACERDA *apud* PAIVA, 2008, p. 7), mas jamais dissociado dela, relegando-a a um plano inferior de importância. Lacerda seria um admirador da Igreja Católica dos Estados Unidos, que se destacava em sua oposição ao comunismo e sua vinculação a valores patrióticos, o que deu força à perseguição política que atingiria o auge na década de 50 com o senador republicano Joseph McCarthy (no chamado *macarthismo*). Essa inspiração religiosa, abalada apenas nos anos 60 pelo ativismo esquerdista de determinados setores do clero católico brasileiro, provavelmente motivou Lacerda a se manifestar contrário ao projeto de aprovação do divórcio, que circulava no Congresso Nacional em 1951 pelas mãos de um companheiro de partido, o deputado federal Nelson de Souza Carneiro. Paiva (2008, p. 13) qualifica essa adesão ao imaginário católico por parte de Lacerda de “seletiva, pois em outros campos, como o político e o econômico, a defesa do liberalismo é clara”. Assim também, de maneira geral, seria a *Tribuna da Imprensa*.

A publicidade era reduzida e a tiragem média da *Tribuna* ficava oscilando em torno de 25 e 45 mil exemplares – segundo o oponente Samuel Wainer, a tiragem somente subia quando Carlos era preso ou em momentos de crise (RIBEIRO, 2007, p. 145). A despeito do desdém e do desprezo de Wainer, não se pode deixar de reconhecer que, mesmo com as pequenas dimensões, a *Tribuna* era um jornal influente. Pouco importa se, entre as razões que justificam isso, está o fato de que o próprio Lacerda era muito influente. Fica claro que “ao longo dos anos 50, (o jornal) teve um papel decisivo nas clivagens e nos enfrentamentos de grupos políticos, funcionando como catalisador e amplificador de contradições e tensões sociais”. Lacerda dizia que “os jornais que mais influenciam a opinião pública não são nem nunca foram, aqui ou em qualquer parte do mundo, os que mais vendem (RIBEIRO, 2007, p. 145).

A *Tribuna* alcançava essa expressão adotando o tom implacável e agressivo de seu editor. Essa expressão e esse estilo foram úteis para a carreira política de Carlos Lacerda, que conseguiu crescer em aprovação dentro da UDN e montar a máquina eleitoral que faria dele governador do Estado da Guanabara anos depois (RIBEIRO, 2007, p. 146). Com o tempo, além de uma equipe de profissionais “modernos”, enquadrados nos princípios do Jornalismo dos anos 50, o jornal conseguiu também formar uma equipe de fotógrafos “que lançava mão de uma linguagem mais dinâmica e informativa, como Ernesto Santos, Fernando Bueno, Armando Vieira Júnior e Ronaldo Teobaldo” e trouxe novo fôlego também à caricatura nacional, com o espaço das charges políticas de Hilde Weber.

Alemã, Weber começou sua carreira aos 17 anos (RIBEIRO, 2007, p. 257), quando era estudante de artes gráficas na Academia de Hamburgo e Altona. Passou por alguns jornais importantes no Brasil antes de chegar à *Tribuna*, a começar pelos *Diários Associados* de Chateaubriand. Seu estilo era satírico, eventualmente “agressivo e cáustico”. No entanto, “a caricatura de Hilde tinha pouca autonomia discursiva no interior da *Tribuna da Imprensa*” (*idem*). Servia, quase sempre, para “traduzir em imagens a mensagem verbal de Lacerda” (*ibidem*). Têm-se aí mais um exemplo da presença intensa de Lacerda em todos os aspectos da vida do jornal que comandava.

Em matéria de editoriais e colunismo, a *Tribuna* não se restringia aos polêmicos textos do próprio Carlos, “publicados na quarta página, geralmente ao lado da caricatura de Hilde Weber” (RIBEIRO, 2007, p. 233). Havia também outras colunas de política, como “Bilhetes do Velho Mundo”, de Tristão de Atháide (Alceu Amoroso Lima), e “Ideias e Fatos”, do intelectual católico Gustavo Corção. Na segunda página, havia “Vozes da Cidade”, com “notas sobre deputados, ministros e políticos em geral”, tendo como um dos seus principais redatores Lêdo Ivo. Prudente de Moraes Neto, neto do primeiro presidente civil da República brasileira, começou a escrever em 1954 “Os passos perdidos”, usando o pseudônimo de Pedro Dantas, abordando a câmara dos deputados e o senado federal. Em 1958, foi substituída por “Congresso e Política”, de Nertan Macedo, por sua vez substituída, dois anos depois, por “Revista dos Jornais”, que trazia “reprodução de trechos de notícias de outros jornais e artigos de Zuenir Ventura, Stefan Baciú e outros”. Houve também a coluna “Tribuna Parlamentar”, assinada por José Duarte Filho até 1958.

Na área cultural, a *Tribuna* de Lacerda dedicava a página 5, uma vez por semana, em 1950, exclusivamente a colunas sobre música, o que desembocou, em

agosto, em uma coluna diária intitulada simplesmente “Música”, assinada por Edino Krieger e assumida em agosto de 1952 por Mário Cabral. Havia uma coluna de crítica cinematográfica chamada “Cinema” e outra, que chegou a ser escrita em 1958 pela famosa crítica Bárbara Heliadora, intitulada “Teatro”. O jornal contava ainda com uma seção de fotografias, “Desfile”, que incluía a previsão do tempo, o registro social de casamentos e aniversários e até uma coluna social para o público feminino, “Entre mulheres”. Finalmente, a *Tribuna* não deixou de apresentar um espaço para tratar das notícias esportivas; havia “Bate-bola com Cavaca”, “Rodapé” (de Araújo Neto), “O espelho da rodada” (de Mário José) e “Indócil na fita” (de Celso de Castro). “Assunto do dia” trazia uma crônica de Araújo Neto sobre futebol, mas em 1960 se transformou em mais uma coluna política, assinada por Stefan Baciu. Resta evidente que, não deixando de dar espaço à cultura e ao esporte, a *Tribuna* era fundamentalmente um veículo político, que versava em grande destaque sobre as questões relacionadas a esse campo.

Alguns momentos importantes da história da *Tribuna* são listados por Ribeiro (2007, p. 149), e seria interessante reproduzi-los aqui. O primeiro deles, um auge de vendas, foi o período do atentado da Rua Toneleiros, em que Lacerda se feriu e o major Rubem Vaz, que o protegia, foi morto. O escândalo iniciou a chamada “crise de agosto”, que incendiou o governo Vargas e culminou com seu suicídio. Aliás, em 24 de agosto, quando o presidente cometeu o derradeiro ato, a redação da *Tribuna* foi atacada por revoltosos que tentavam impedi-la de circular. Poucos dias depois, Lacerda se utilizou do jornal para fazer uma campanha contra as eleições de 3 de outubro, receando que o clima de forte comoção que abatia o país levasse a uma vitória artificial dos adversários.

Defendia, por exemplo, que quem, naquele momento, “não estava em condições de fazer eleições democráticas”, devido ao trauma recente, “era o povo, que estava profundamente traumatizado, e ainda por cima com uma lei eleitoral toda errada, toda viciada, feita para garantir o predomínio de uma casta e de uma oligarquia política” (LACERDA, 1977, p. 148). Lacerda sustentava, por essa razão, um período de exceção no país, em que fossem feitas reformas que desmontassem a estrutura desenvolvida, em sua visão, pela ditadura Vargas, que garantiria vantagens para as categorias políticas que sustentavam o antigo regime do falecido presidente. Seus desejos, como se sabe, graças ao chamado “golpe preventivo” do general Lott, não foram atendidos.

Outro momento interessante é o de que em 24 de agosto de 1956, aniversário da morte de Vargas, o então presidente Juscelino Kubitschek ordenou a apreensão da *Tribuna*, que continha o texto intitulado “Manifesto ao Povo Brasileiro”. Nele, Lacerda chamava JK de “exibicionista delirante”, em mais uma demonstração de seu hábito de não poupar os adversários nos adjetivos usados em seus editoriais.

3.2 A crise da *Última Hora*

Cabe incluir neste capítulo algumas observações sobre a tensão da *Última Hora* e a rivalidade de Carlos Lacerda com o também jornalista Samuel Wainer, que marcou época entre as tensões e movimentações da imprensa brasileira no século XX e foi representativa da polarização política dos anos Vargas. Esses eventos são particularmente importantes porque, se estamos considerando a presença e a importância de Lacerda em sua atuação prática no jornalismo, eles configuram um momento em que o conflito entre dois jornais – e mais especificamente, dois jornalistas – participou decisivamente dos processos históricos, e representou o conflito de interesses e perspectivas de sua época.

Laurenza (1998, p. 17) assinala que “o período entre 1951 e 1954 abrigou uma luta desigual entre o jornal renovador e heroico *Última Hora* de Samuel Wainer e um diário apoiado nas estruturas conservadoras do Brasil, a *Tribuna da Imprensa* de Carlos Lacerda”. A autora identifica que o conflito “ganha mais sabor” quando lembramos que Samuel Wainer e Lacerda começaram como companheiros de redação e amigos, como já tivemos ocasião de mencionar. Nos anos 50, porém, suas posições se modificaram. Ambos, à esquerda, combatiam o regime ditatorial getulista. Lacerda alterou drasticamente seu campo político, mantendo-se implacável opositor do antigo tirano, então convertido em presidente eleito. Wainer, ao contrário, com anuência do próprio, se tornou dono de um jornal que apoiava o governo de Vargas, de quem se tornou próximo e amigo.

“A *Última Hora* foi porta-voz de Getúlio Vargas que, naquela conjuntura, reforçava as bases da participação direta do Estado na economia” (LAURENZA, 1998, p. 18). Alinhava-se com os conceitos mais usados para se referir ao governo Vargas: o “nacionalismo, referência direta a seu apoio a parte de uma classe produtiva, mais especialmente, a dos industriais, e populismo, devido às menções à justiça social e à

organização sindical que recheavam o discurso do presidente” (LAURENZA, 1998, p. 31). Sua oposição por parte de Lacerda e da *Tribuna* era natural.

Wainer já era um profissional com uma trajetória significativa, tendo sido o único jornalista a cobrir o julgamento dos nazistas em Nuremberg (WAINER, 1987, p. 85). Em seu clássico livro de memórias, ele conta que conheceu Lacerda em 1935, definindo-o como “um jovem magro, de aparência ascética e oratória brilhante” que era “um dos heróis da esquerda”, um dos seus “grandes ídolos” (WAINER, 1987, p. 53). O registro que Wainer faz de um de seus primeiros desentendimentos com Lacerda é curioso: em um diálogo, este último o teria comparado a Assis Chateaubriand, dono dos *Diários Associados*, com intenção elogiosa. Entretanto, Wainer não apreciou o gesto, por detestar Chateaubriand. “Às vezes me pergunto até que ponto incidentes desse gênero contribuíram para forjar e alimentar o ódio que mais tarde Carlos Lacerda descarregaria contra mim” (WAINER, 1987, p. 61), externou ele.

Talvez mais decisivo seja outro relato, o de uma tentativa de Lacerda de se reaproximar dos comunistas, após o fatal desentendimento, através de uma carta apoiando a postura de Luís Carlos Prestes de sustentar uma “união incondicional” com Getúlio contra o Eixo nazi-fascista. Lacerda desejava que Wainer publicasse a carta em seu periódico *Diretrizes*, porém os comunistas presentes na redação, que pertenciam a um grupo que discordava da posição de Prestes, se opuseram à ideia. Ao avisar a Lacerda que a publicação não ocorreria, Wainer descreve que “ele arrancou-me a carta das mãos e dirigiu-me um olhar de frustração e de ódio” (WAINER, 1987, p. 74). Mais tarde, quando da fundação da *Tribuna*, Wainer observa, a respeito de Lacerda, que “já era notório que não gostava de mim” e que “estava evidente que os laços da amizade que mantivemos na adolescência jamais seriam reatados. Com a *Tribuna da Imprensa*, a intensidade e a frequência dos ataques aumentaram” (WAINER, 1987, p. 139). Assim já se estabelecia a grande rivalidade que marcaria o país até a morte de Getúlio.

O que Wainer sempre destacava era o fato de seu jornal ser o veículo de expressão a sustentar as teses populares e varguistas contra os interesses da grande imprensa. A *Tribuna* de Lacerda, a despeito de ser um jornal bem menor em tiragens, seria um dos porta-vozes da oposição do “círculo dos donos de jornais”, defendendo sempre “os interesses e pontos de vista dos barões da imprensa”. Sua concepção do perfil jornalístico de Lacerda era bastante depreciativa. Para ele,

Lacerda sabia polemizar, tinha uma riqueza verbal avassaladora, mas não era um grande jornalista, na medida em que desconhecia setores vitais da atividade profissional. Gostava de passar horas sentado diante da máquina de escrever, datilografando furiosamente, mas nunca se interessou, por exemplo, em conhecer por dentro uma oficina. Tampouco sabia cuidar de uma primeira página, escolher a melhor foto, retocar uma diagramação. De qualquer forma, ele conseguiu forjar uma imagem de grande jornalista. (WAINER, 1987, p. 139)

Não é nosso intento, naturalmente, apreciar o nível de subjetividade nas declarações de Wainer, diante da inimizade profunda que se desenvolveria entre os dois; cumpre destacar apenas a manifestação de opiniões contrárias de grandes figuras da imprensa. Por exemplo, Alberto Dines, que diz ter sido Lacerda “um grande jornalista, não apenas um editorialista; ele era um grande homem de jornal, conhecia jornal. (...) E o jornal que ele fez no início foi muito bem feito” (RIBEIRO, 2007, p. 147).

O próprio Samuel Wainer reconheceu que, entre os motivos para ter atingido projeção histórica, está ter tido “um inimigo como Carlos Lacerda” (WAINER, 1987, p. 140). Em suas relações com a imprensa, um dos motivos pelos quais foi bastante atacado foi a “valorização dos salários dos jornalistas que contratava”, o que, ao ver de Assis Chateaubriand e de Lacerda, seria responsável por “inflacionar o mercado, pagando salários altos, não-compatíveis, diziam, às condições de caixa da imprensa brasileira daquele período” (LAURENZA, 1998, p. 79). A partir daí começa a acusação de que Wainer “recebia dinheiro abundante e barato do Banco do Brasil, podendo “esbanjá-lo” com altos salários”.

Comparativamente, é reconhecido que o duelo entre a *Tribuna* e a *Última Hora* era um duelo entre jornais de abastança e popularidade muito diferentes, mas a expressão atingida pela figura de Lacerda e o “acesso que o jornalista tinha ao Congresso e aos meios de comunicação de massa: Rádio Globo e TV Tupi, canal 3” (LAURENZA, 1998, p. 81) equilibravam o duelo, de certo modo, o que permitiu fazer deste duelo uma grande sequência de enfrentamentos de repercussão. Os dois jornais demonstraram, de uma forma dificilmente igualável, o quanto a imprensa pode configurar um “instrumento político” (LAURENZA, 1998, p. 99), afinando seus instrumentos para sustentar posições anteriormente acordadas.

O conflito já se estabelece desde a primeira hora, quando, em 1º de junho de 1950, seguindo a sua lógica de que o sistema político brasileiro estava profundamente viciado e de que um ex-ditador estava retornando ao poder, Lacerda pregou

abertamente, através da *Tribuna*, que Vargas não deveria ter permissão para assumir o governo do Brasil (LAURENZA, 1998, p. 121). Wainer, concomitantemente, construía alianças na burguesia nacional entre antigos apoiadores de Getúlio. O estopim do duelo se deu quando a *Tribuna* publicou uma entrevista com o ex-deputado Herófilo Azambuja, em que este se apresentava como “interventor, nomeado pelo Banco do Brasil, na empresa Érica, editora da *Última Hora*, e passava a informação que o Banco do Brasil financiava quase todas as operações do jornal” (LAURENZA, 1998, p. 121).

No dia seguinte, a *Última Hora* desmentiu a matéria publicada e contratou o repórter que a havia realizado. Sobre esse fato, Lacerda testemunha que sequer se lembrava do nome do repórter, Natalício Norberto, nem qual foi o assunto da entrevista, mas que ficou em um “estado de revolta muito grande” porque “parecia que tínhamos falsificado uma entrevista com um membro do governo” e, diante do fato de que o autor da entrevista denunciou a fraude, o mentor desta seria o próprio Lacerda, que afirma ter apenas “confiado no repórter que a tinha feito”. A seu ver, a concorrência da *Última Hora* com os grandes jornais era “ilegítima, porque favorecida e subvencionada” (LACERDA, 1977, p. 126).

A partir daí, os ataques de parte a parte não pararam. Eles motivaram a criação da imagem de Lacerda como “o Corvo”. Tudo começou com a morte do repórter policial de *A Noite*, Nestor Moreira, espancado em Copacabana. Cerca de 200 pessoas acompanharam o seu cortejo fúnebre, inclusive Lacerda, acusado de querer explorar politicamente o fato para acusar o governo Vargas pela violência instalada no país (RIBEIRO, 2007, p. 256). Dizia Wainer que “Lacerda estava vestido de preto dos pés à cabeça, aspecto solene, rosto compungido, ar sofredor. (...) Sempre que ocorria uma morte interessante, lá estava Carlos Lacerda. Era um corvo” (WAINER, 1987, p. 181). Então, com inspiração no fato, a *Última Hora* publicou em 25 de maio de 1954 a figura clássica de um corvo preto com a cabeça de Carlos Lacerda. O apelido se consagrou, e até os funcionários da *Tribuna* passaram a se referir “eufemisticamente ao seu patrão como “a Ave” (RIBEIRO, 2007, p. 257).

O apogeu da briga chegou em 27 de março de 1953, quando o próprio Wainer assumiu a ideia, diante das acusações que seu jornal recebia, de ser criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os recursos da *Última Hora*. Wainer esperava contar com a maioria governamental da Câmara em sua defesa, mas a UDN se articulou para tentar “embaraçar o presidente da República” (RIBEIRO, 2007, p. 123). Ao fim das contas, Wainer não encontrou a defesa que esperava e sofreu uma intensa

ofensiva de Lacerda. Acabou sendo acusado de ser estrangeiro, nascido na Bessarábia, Transilvânia, Romênia – daí o apelido de “Bessarabiano” -, e “por isso impedido pela legislação brasileira de ser proprietário de um veículo de comunicação de massa” (LAURENZA, 1998, p. 123). Acabou respondendo a um processo por falsidade ideológica, sendo condenado e preso por algum tempo, em outubro de 1955.

Essa disputa virulenta oferece uma oportunidade de exame às atuações de Carlos Lacerda na televisão, mediante as ofensivas de que o jornalista passou a tomar parte através desse veículo a partir de 1953. Tanto Roberto Marinho (que mais tarde, durante o governo do Estado da Guanabara, se desentenderia com Lacerda) quanto Assis Chateaubriand simpatizavam com os ataques lacerdistas à *Última Hora*. Roberto Marinho “franqueava ao dono da *Tribuna* os microfones de sua rádio Globo” e Chateaubriand cedeu a Lacerda um espaço na TV Tupi, em que primeiramente ele se limitaria a dez minutos da programação noturna, onde, “ágil de raciocínio, atrás de uma mesa escolar e um quadro-negro” (LAURENZA, 1998, p. 125), atacaria Wainer. A audiência expressiva motivou um aumento do tempo do “*show* teatralizado e tenso”, que chegou a ser de uma hora de duração no auge da crise, próximo a agosto de 1954.

Lacerda exprimiu sua técnica, alegando que precisava explicar algo extremamente complexo em muito pouco tempo e então precisou recorrer ao quadro negro. “Em vez da coisa discursiva com ar de conferência, de monólogo na televisão, pus um quadro negro e a ele recorri. No quadro negro, desenhava uns esquemas que me ajudavam a explicar o assunto” (LACERDA, 1977, p. 127). Além do quadro negro, Lacerda ainda fez uso de um telefone, por meio do qual os telespectadores podiam enviar perguntas, imediatamente respondidas. Essa iniciativa pode representar uma originalidade: segundo Laurenza (1998, p. 125), estava instalada, graças a Lacerda, a “primeira TV interativa do Brasil”. Lacerda apresenta um exemplo que ilustra o modo como utilizava esses recursos:

Tudo isso era, na época, inteiramente novo na televisão. Não só o telefone, mas sobretudo o quadro negro. Sublinho o caso do quadro negro pelo seguinte: um dia, um sujeito me telefonou e perguntou: “Mas aonde é que o senhor quer chegar com essa campanha, que o senhor fica aí falando esse tempo todo em *Última Hora* e tudo isso... O que é que nós temos com isso? Isso é uma luta entre jornais, é uma disputa entre jornais, no fundo é uma luta comercial entre jornais, onde é que o senhor quer chegar com tudo isso?” Eu aí fui para o quadro negro, tracei assim um sol e uma porção de satélites, lá embaixo eu fiz um satélite pequenininho e escrevi *Última Hora*, e disse: “Eu estou aqui, daqui eu vou passar para aqui.” O outro satélite

era o Banco do Brasil. “Daqui vou passar para aqui e depois vou chegar aqui” e aponte para o sol, e escrevi “Getúlio Vargas”. Quer dizer – graficamente – os ouvintes tiveram a impressão de que aquilo tinha um alcance muito maior do que pensavam no começo. (LACERDA, 1977, p. 127)

Abordando essas aparições televisivas, Dulles (1992, p. 157) opinou que “sua personalidade e seu modo de falar fariam dele a principal figura política da televisão brasileira. As técnicas que Carlos aprendeu assistindo a Fulton J. Sheen nos Estados Unidos foram bem aplicadas”. Têm-se, a partir daí, mais uma menção à influência do católico norte-americano Sheen sobre Lacerda, bem como a percepção do impacto e da projeção de Lacerda em outro veículo de comunicação, fora do âmbito impresso. Ainda havia poucos aparelhos televisores, mas a TV era uma mídia de impacto, potencializada pelo som e pela imagem, e Lacerda já se destacava entre as figuras do campo da comunicação no país que manuseavam os recursos desse meio.

4. A MISSÃO DA IMPRENSA: LACERDA COMO PENSADOR DO JORNALISMO

Tanto o Carlos Lacerda repórter, inserido no contexto da atividade jornalística de seu tempo, quanto o Carlos Lacerda gestor de jornal, fazendo parte do processo do fazer jornalístico na fase de reformas paradigmáticas da década de 50, compõem a imagem da relação entre o político e o Jornalismo, relação essa que fica patente em sua trajetória. Estamos de acordo em que “Lacerda, no entanto, não era um político que se utilizava da imprensa apenas como meio, arma de luta, como muitos autores tentaram definí-lo” (RIBEIRO, 2007, p. 341). Essa visão nos parece reducionista, assim como aquela segundo a qual ele seria “um jornalista que se valia da política utilitariamente, para conquistar prestígio, poder ou vantagens econômicas” (*idem*).

Entendemos que ele era “visceral e simultaneamente, um jornalista e um político” (*ibidem*), encarnando como poucos uma lógica vigente de relacionamento entre os dois campos. Tanto Lacerda não era apenas uma liderança política se aproveitando da imprensa para atingir objetivos eleitorais que foi, além de um profissional da área e um gestor de veículo, um teórico da imprensa. Poucos se dedicaram a sistematizar uma análise dessa vertente de sua representatividade no Jornalismo.

O professor Refkalefsky (1997, p. 5) argumenta que a ausência de um registro escrito da influência de Lacerda no jornal e a ausência de novidades no manual de redação utilizado na *Tribuna* contribuiriam para essa escassez. Segundo Pompeu de Souza (*apud* REFKALEFSKY, 1997, p. 5), “Carlos Lacerda pegou o *style book* (manual de redação) do *Diário Carioca*, acrescentou umas piadas e fez o *style book* da *Tribuna da Imprensa*”. Assim, a originalidade e o destaque de Lacerda como intérprete do fazer jornalístico, para além do que se poderia observar em sua prática pessoal no campo, não estaria registrada no manual de redação. Ainda assim, o próprio Refkalefsky reconhece uma concepção particularmente lacerdista na história do pensamento na matéria. Vai além; considera essa contribuição de Lacerda uma “revolução conceitual no jornalismo brasileiro”, ainda que entenda que os repórteres do jornal por ele dirigido não seguiam rigorosamente essa cartilha. Ao conceito clássico de lide, que envolve seis perguntas, Lacerda teria acrescentando uma sétima.

Lacerda criou o lide de sete perguntas, acrescentando o “e daí?” como sendo a última e mais importante de todas. Com o “e daí?”, os jornalistas se preocupam não apenas em relatar um fato, como na fórmula tradicional do lide, mas sua repercussão na vida das pessoas. (..) o lide de seis perguntas

acabou se cristalizando na fórmula do jornalismo de relato, que por sua vez se reduziu ao “jornalismo de taquígrafo”, em que o repórter apenas se preocupa em relatar declarações das fontes. O jornalista Sérgio Souto, subeditor do Monitor Mercantil, do Rio de Janeiro, utiliza a expressão “jornalista papagaio”, que fica repetindo o que os entrevistados dizem. E o professor Vitor Gentili acha os termos muito brandos: “eu chamo mesmo é de moleque de recados”. (REFKALEFSKY, 1997, p. 4)

A criação da sétima pergunta seria a garantia de que Lacerda pertence ao rol dos inovadores do chamado “jornalismo interpretativo”, entendido aí no contexto do questionamento à “validade dos conceitos, teorias e práticas jornalísticas” (*idem*) implantadas no país, dentro da discussão do valor que o jornalista agrega à reflexão sobre seu próprio ofício. Está certo que não se trata de algo absolutamente inédito em termos de jornalismo, afinal a repercussão de uma notícia já faz parte, naturalmente, dos chamados “critérios de noticiabilidade”, como no caso do “homem que morde o cachorro – e por isso é notícia” (REFKALEFSKY, 1997, p. 4). No entanto, o autor sustenta que o jornalismo se havia reduzido ao artificialismo da menção de fontes, e a sistematização lacerdista da sétima pergunta representava um forte questionamento a esse caminho. Para ilustrar a importância desse adendo teórico, ele acrescenta que a sétima pergunta foi analisada em outros trabalhos acadêmicos, como *O jornalismo crítico de Hélio Fernandes*, apresentado na XVIII Intercom, em setembro de 1995, em Aracaju, e na dissertação de mestrado *Hélio Fernandes: a gênese do jornalismo polêmico*, defendida em junho de 1997, na Escola de Comunicação da UFRJ, sob orientação do professor Francisco Antônio Dória.

No entanto, a maior demonstração da presença do tribuno udenista entre aqueles que pensaram a teoria do Jornalismo está em um trabalho específico lançado por ele em 1950: o livro *A Missão da Imprensa*. Trata-se de um testemunho de Carlos Lacerda sobre o jornalismo. Pelo título, já se depreende que ele considerava seu ofício como algo investido verdadeiramente de caráter missionário – o que pretendemos demonstrar. A obra é um registro escrito de discurso realizado no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, no Conservatório de Belo Horizonte e na Faculdade de Direito de São Paulo.

Não se poderia começar doutro modo que não pela definição da tarefa do jornalista, pensando sua profissão:

Arte de simplificar a complexidade dos fatos e das opiniões, tornando-os acessíveis à compreensão de um número apreciável de pessoas, fixando-os num momento de sua trajetória, o que confere certa permanência à sua transitoriedade. E assim, na imobilidade de um momento, neles encontra a marca da eternidade. (LACERDA, 1950, p. 20)

Nessa definição, os fatos e as opiniões (os comentários) não se encontram separados, entendendo-se ambos como “informação, uma no sentido de colocar a pessoa a par do que se passa, outra no de fazer com que ela influa naquilo que se está passando”. A força opinativa da *Tribuna*, como vimos, é inequívoca, mas isso não se limitava à prática; estava estabelecido, como se vê, na própria concepção teórica de Lacerda. Essa filosofia pode ser inserida na discussão do colunismo e da presença da opinião no jornalismo, não apenas no contexto em que esse debate se inseriu nos anos 50, mas na forma como vem sendo retrabalhado no presente, quando se estabelecem avaliações do problema nos mais diversos veículos – quer impressos, quer audiovisuais.

Lacerda principia o livro indo além. Ele estabelece que, em seu entendimento, a função do jornalista é a de um “zelador da comunidade”. Isso significa que cabe ao jornalista a tarefa própria de um vigilante da sociedade, que acaba por estimular a aceleração de processos e medidas públicas. Explicitando essa opinião, ele aproveita para endereçar uma crítica curiosa a quem acredita que os jornalistas não exercem um papel construtivo:

É realmente comum ouvir dizer de um jornal ou de um jornalista que ele não constrói. Fazem-se até comparações, mostrando que um governante constrói estradas, enquanto o jornalista apenas mostra que essas estradas custam o dobro do que deveriam custar. Tenho para mim que o simples bom senso mostra que, ao agir assim, o jornalista está realmente promovendo a construção de duas estradas pelo preço de uma. (...) O próprio do jornalista é ser o zelador, como de todo homem dizia Jackson de Figueiredo. Próprio do jornalista, antes de tudo, é “ver”. E, uma vez visto, dizer que viu. Da imprensa, já dizia Rui, ao qual tantas vezes recorrerei, que era “a vista da Nação”. E dizia também que pela imprensa ouve a fala a nação, temos que o jornalista é os olhos, os ouvidos, a boca e – ai de nós – algumas vezes até o nariz da nação. (LACERDA, 1950, p. 11)

De certo modo, o autor aqui fala um pouco de si mesmo, aproveitando para claramente se defender da fama de “destruidor”. Diante de sua atuação intrépida como opositor, foi posta várias vezes em dúvida sua capacidade de “construir”, até que

ocupou a posição de governador da Guanabara. Mais à frente, Lacerda retoma essa discussão: “Pois do jornalista não se exija que construa senão aquilo que lhe é próprio construir: uma opinião pública bem informada, atenta, vigilante, esclarecida” (LACERDA, 1950, p. 13). Como se vê, essa função é considerada por ele como fundamental, defendendo honestidade e fidelidade a esse propósito por parte dos jornalistas.

No exercício dessa função de “zelador” e, como se vê, “construtor”, o jornalista lida muito com a “opinião pública”, conceito fundamental no estudo da imprensa, com que Lacerda não deixa de trabalhar. Seria mesmo possível dizer, apropriando-se da definição de Rui Barbosa, que o jornalista seria o “político do povo”, com esse propósito já mencionado de “construir uma opinião pública” mais qualificada (RIBEIRO, 2007, p. 337).

No corpo central do livro, ele propõe que a opinião pública é a “média da opinião daqueles que leem jornais”. Diz que cada país tem a imprensa própria ao caráter de suas elites dominantes – considerando por isso tudo o que a comunidade tem de mais influente, disseminador e formador de opinião, e não usando o conceito em um sentido marxista. Sendo assim, os problemas no campo jornalístico seriam reflexo das deficiências daqueles que, ocupando posições de destaque no campo social e cultural, acabam sendo então os principais responsáveis pelo estado das diferentes instituições e práticas no âmbito nacional.

A tenuidade das elites, a escassez, a falta de densidade delas, eis o que facilita a crise moral que grassa num país destituído de uma base material capaz de permitir o desenvolvimento numérico e qualitativo de sua gente. (...) Se a nossa imprensa está ruim, a culpa não é dos que não a leem e sim, precisamente, das elites que leem, que escrevem, que pagam, que anunciam, que temem, que se ausentam, que se esquivam, que se furtam – e que furtam! (LACERDA, 1950, p. 26)

Deixa claro então aquilo que Aloysio Castelo interpreta como a responsabilidade de quem participa ativamente da produção simbólica e informativa, especificamente na imprensa, para com a chamada “opinião pública”, isto é, para com as repercussões de ideias entre as massas. “A opinião pública é influenciada pela existência das massas que precisam ser despertadas para a inteligência, bem como conduzidas para os bons sentimentos” (CASTELO, 2012, p. 41), diz o autor, analisando o pensamento emitido por Lacerda em seus editoriais na *Tribuna da Imprensa*.

Ele associa essa análise às correntes liberais do século XIX, utilizando autores como Stuart Mill, Tocqueville e José Ortega y Gasset para atribuir ao jornalista o receio daquilo que este último filósofo chamou de “rebelião das massas”. A teoria se refere a uma perigosa padronização dos indivíduos na coletividade, o que os autores liberais e conservadores-liberais entendem como sendo a matriz das diversas formas de totalitarismo, tais como o fascismo e o comunismo. O “homem-massa”, “definido como solitário, completamente padronizado e possuidor de um sentimento de ódio em relação à superioridade dos outros”, como o define Aloysio, daria vazão à “tirania da opinião e sentimentos dominantes”, na terminologia de Stuart Mill, ou ao que se poderia chamar de ditadura da maioria.

O ideário da *Tribuna da Imprensa* se dedica, então, a defender instituições sociais, como a família e a escola, de uma forma engajada. Lacerda entendia que os interesses das ideologias totalitárias ameaçam derrubar a independência dessas instâncias comunitárias para produzir o totalitarismo e a padronização do “homem-massa”. Esse é, sem dúvida, um pensamento que faz eco com as ideias das tradições do liberalismo e do conservadorismo - encontrando defesa entre teóricos liberais mais recentes, como Hayek, e na longa tradição de um conservadorismo moderno, construída a partir do irlandês Edmund Burke.

Toda essa concepção do jornalista como “orientador da política e como mentor da opinião pública, tal como haviam sido Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio e o próprio Rui Barbosa” ecoa uma imagem distanciada dos ideais jornalísticos típicos dos anos 50, mas, demonstrando que Lacerda permanece em uma espécie de posição intermediária entre duas correntes de interpretação do fazer jornalístico no tempo, há uma diferença crucial: embora o papel social do jornalista continue sendo, para Lacerda, o que acabamos de mencionar,

(...) a sua legitimidade agora se construía em outras bases. Na realidade, o que permitia ao jornalista cumprir a sua missão de informar a opinião pública e zelar pela comunidade era um conjunto de regras e normas de comportamento (técnicas e éticas), que passou a definir a atividade jornalística não mais como uma mera ocupação, mas como uma profissão. (RIBEIRO, 2007, p. 338)

Isso tanto é verdade que por diversas vezes Lacerda reclamou da falta dessa consciência no meio da imprensa brasileira. O texto de *A Missão da Imprensa* prossegue com ácidas críticas ao Jornalismo nacional desenvolvido em sua época, visto

como extremamente amador e despido de uma consciência profissional. Segundo ele, o Brasil era

(...) o País mais povoado de jornais fugazes e de jornalistas amadores, muitos dos quais ainda por cima escrevem de graça, por vaidade ou por indústria, dificultando a formação de uma consciência profissional e até a simples existência de uma profissão de fazer jornal. (...) tomam o jornalismo como quem ponga um veículo para leva-los ao gabinete em que a alta burocracia, entre lisonjeada e intimidada, lhes favorece os negócios. (LACERDA, 1950, p. 14)

No entanto, priorizando sua defesa das aspirações elevadas da imprensa, Lacerda não se furta de apresentar um contraponto. Segundo ele, as redações, que exalam uma atmosfera mais profissional, estabeleceriam uma contraposição a esse modo amador de operar o exercício jornalístico:

Mas, por favor, não julguem por aí o jornalismo. Esses não são mais do que aves de luxo do jornalismo. O seu curso faz-se na sala de visitas, lugar em que se pendura o retrato de jornalistas mortos e se põe a mofar os falsos jornalistas vivos; nunca na redação, onde o jornal nasce e renasce todos os dias, com as misérias que lhe são próprias, mas não com essa que vem de fora. O jornalista, quero dizer, o homem que tem a paixão do jornal, e morre como tantos tenho visto, amarrado a um magro salário pelo pobre orgulho de renunciar a outro prazer que não seja o de dar prazer aos outros, privando-se de outro desabafo que não o do leitor, esse é o que o povo define, como por si definiu Rui Barbosa, “ao mesmo tempo um mestre de primeiras letras e um catedrático de democracia em ação, um advogado e um censor, um familiar e um magistrado.” “Maior responsabilidade, pois, não pode assumir um homem para consigo, para com o próximo, para com Deus”, concluiu o mesmo Rui, que por sinal nunca foi, a meu ver, maior do que sendo jornalista. (LACERDA, 1950, p. 15)

A falta de consciência dessa envergadura do Jornalismo seria favorecida, segundo Lacerda, pelo fato de “não se exigir muito conhecimento para começar no Jornalismo, aliado à circunstância de ser o jornal um estuário da ambição e da vaidade próprias e alheias”, o que, a seu ver, produziria facilidades para que qualquer pessoa acreditasse poder ser um jornalista, sem se apropriar e se comprometer devidamente com os princípios e critérios que norteiam essa atividade. Para ser efetivamente jornalista, portanto, seria necessário ser “profissional de jornalismo, dominar um saber técnico próprio desse campo, partilhar um *ethos*, ser – como afirmava o manual de redação da *Tribuna* – jornalista 24 horas por dia” (RIBEIRO, 2007, p. 339).

Em nova citação a Rui Barbosa, o que lhe evidencia a admiração por esse outro personagem da história política brasileira, fica mais uma vez ratificado que a visão lacerdista do jornalismo gira mesmo substancialmente em torno dessa responsabilidade hercúlea e quase messiânica da divulgação da verdade e da construção da opinião pública:

Que atraía o Baiano para o jornalismo? Precisamente a função de despertar no seio do país as forças morais, apelar para o poder da consciência, entorpecida, mas talvez ainda não morta, falar a essa intuição de justiça, a essa avidez de sinceridade, a essa simpatia pelo desinteresse, que não se extinguem na índole das nações cristãs. (LACERDA, 1950, p. 16)

O discurso de Lacerda contra a maneira como seus colegas conduzem a prática jornalística apenas se intensifica no decorrer da obra, em virtude de sua constante preocupação com a valorização da ética e da qualificação profissional. Ele recorda que um jornalista deve ser reconhecido pela sua entrega à função, e não por títulos ou associações a órgãos como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). O jornalista deve demonstrar equilíbrio entre a tolerância e a intransigência, sempre levando em alta conta o viés messiânico de seu trabalho.

Não foge a discutir a simplificação inerente à prática jornalística, mas acrescenta que o jornal é a “escola da opinião, a universidade portátil”. Ao explicar o que quer dizer com isso, Lacerda pontua uma das passagens mais interessantes do livro: sua visão acerca da neutralidade e da liberdade de imprensa. Para ele, é inevitável que haja uma pessoa produzindo o “recorte”, a linha editorial de um veículo; já reconhecia que é tolice esperar que o jornal seja uma tribuna inteiramente livre à manifestação anárquica e indiscriminada de todas as opiniões. Consciente disso, Lacerda agiu como precursor de técnicas jornalísticas que perseguem maior objetividade jornalística, ainda que se tenha notabilizado por ser um articulista com a força da opinião. Isso não é contraditório, e ele mesmo justifica essa posição ao final do livro:

O ideal de separar informação de opinião é um ideal, quer dizer, existe com a condição de nunca ser completamente atingido. Mas, ainda quando seja impossível atingí-lo por completo, o importante é não deixar de se esforçar por atingí-lo. (LACERDA, 1950, p. 75)

Um jornal, assim, não consegue e não pretende narrar todos os fatos, nem publicar todos os pontos de vista a respeito deles. É necessária uma seleção, de que o leitor do veículo não toma parte. Essa seleção se basearia em critérios cujos “princípios subjetivistas e relativistas não eram questionados”, como o de uma “ética (a do homem verdadeiro)” (RIBEIRO, 2007, p.339). Segundo Lacerda, o verdadeiro jornalista, capacitado para exercer a tarefa de promoção desse “recorte”, deveria necessariamente ser um “homem verdadeiro”, sempre visando “a melhoria da sociedade” (*idem*). Ao lado dessa ética, estava, como temos visto, a questão imperiosa de se imbuir do espírito do profissionalismo, que

pressupunha o compartilhamento de uma base cognitiva; pressupunha algum tipo de saber formalizado. E tanto Lacerda sabia disto que, além de escrever um dos primeiros manuais de redação do jornalismo brasileiro, criou uma “escolinha” na redação do seu jornal para ensinar aos seus empregados as regras do jornalismo moderno. (RIBEIRO, 2007, p. 340)

Apresentando sua própria versão da célebre máxima do filósofo iluminista francês Voltaire, Lacerda prefere dizer: “não creio numa palavra do que dizes e, portanto, tudo farei para convencer-te de que estás errado; defenderei, sim, o teu direito de verificar livremente o quanto está errado aquilo que tens dito” (LACERDA, 1950, p. 21). Para se justificar da declaração sujeita a interpretações menos felizes, Lacerda introduz a orientação eminentemente política de seu discurso, atacando os comunistas – ataque esse que seria, pela lógica, próprio do “homem verdadeiro”, dado o entendimento do caráter imoral do comunismo:

Não matar o adversário não é a mesma coisa que deixar o adversário vencer. Por exemplo: não queremos que os comunistas, apenas por serem comunistas, sejam mortos pela polícia; mas por isso não devemos combater apenas a polícia e deixar os comunistas se substituírem a ela até o dia em que começarão a matar, em nós, aqueles princípios pelos quais eles próprios subsistiram. Essa é uma regra que frequentemente esquecem os que arvoram em ideal da tolerância na imprensa uma espécie de jogo de azar. (LACERDA, 1950, p. 22)

Esse debate é bastante moderno; os órgãos da grande imprensa ainda hoje desfraldam os “valores basilares do “jornalismo independente””: objetividade, neutralidade, imparcialidade, compromisso com a verdade, com os fatos, com o

interesse público” (ALBUQUERQUE, 1999, p. 23). Lacerda não deixa de apresentar sua interpretação particular de todos esses princípios, explicitando o que considera como sendo sua correta aplicação e seus limites.

Em consonância com toda essa convicção, naturalmente Lacerda se dedica a criticar a imprensa durante o Estado Novo e as alegadas vinculações de subserviência ao governo, por meio da DIP. Todo esse discurso se refletiria ainda no governo constitucional de Vargas nos anos 50, nos ataques que Lacerda fez à *Última Hora* de Samuel Wainer, quando promoveu a derradeira campanha contra o grande inimigo.

O texto de Lacerda age sempre como uma metralhadora, mesmo quando está falando do jornalismo. Uma crítica estrutural de que se utiliza é ao abuso das manchetes, sob pretexto de atrair um público visto como menos letrado – debate que foi levantado também nos Estados Unidos. Outra, de caráter ideológico, é a ideia de que a imprensa dita “burguesa” por diversas vezes acaba servindo aos interesses comunistas, sendo fato notório a presença deles em diversas redações.

Uma passagem muito emblemática é aquela em que ele apresenta as condições para saber se o jornalista agiu, em determinada situação, como intérprete ou deformador da opinião pública. Segundo Lacerda, “se ele agiu tendo em vista o bem público e não uma conveniência ou um preconceito, de ordem pessoal ou partidária ou ideológica em geral”, e “se as suas provas são válidas, ou se ao menos as presunções eram de molde não só a convencê-lo como à opinião pública cujo estado de espírito levou-o a adotá-las”, então podemos dizer dele que bem representou essa mesma opinião. Assim, percebemos que, em que pese reconhecer a impossibilidade real de uma total neutralidade na imprensa, o autor não deixa de desfraldar a bandeira da solidez sincera da prática jornalística. Fica ainda mais clara a importância de se portar de forma correta no exercício de alguma função na imprensa se tivermos em vista que ela é “o quarto poder” – e, fazendo menção a isso (LACERDA, 1950, p. 42), Lacerda referencia Thomas Carlyle que, em realidade, estava citando Burke:

Burke disse que havia três Estados no Parlamento; mas, na distante Galeria dos Repórteres, sentava um Quarto Poder mais importante do que todos. Não é modo de dizer ou um comentário espirituoso, é um fato literal – muito significativo para nós atualmente. Literatura é nosso Parlamento também. Imprensa, que vem necessariamente da escrita como digo normalmente, é equivalente à Democracia: inventada a escrita, Democracia é inevitável. Escrita traz imprensa; traz imprensa universal, cotidiana e espontânea, como vemos no presente. Qualquer um pode falar. Falar agora para toda a nação vira

um poder, um braço do governo, como peso inalienável na feitura de leis e em todos os atos de autoridade. (CARLYLE *apud* VENÂNCIO, 2009, p. 2)

Cumprido destacar que a noção da imprensa como “quarto poder” faz parte de um debate que também permanece moderno, transplantando-o para a realidade contemporânea do jornalismo e comparando com o contexto de transição em que Lacerda dirigia a *Tribuna da Imprensa*. Isso se comprova a partir do trabalho do professor Afonso de Albuquerque, *Um outro “quarto poder”: imprensa e compromisso político no Brasil*, em que ele sustenta que o maior comprometimento dos órgãos de imprensa atuais com a “lógica empresarial capitalista” (ALBUQUERQUE, 1999, p. 24) faz com que eles estejam “mais independentes de partidos ou facções políticas do que no passado” (*idem*). Albuquerque acredita que a imprensa brasileira foi além nessa noção de “quarto poder” revisitada por Lacerda, e que ela se tem compreendido, em relação à imprensa americana, na prática, como tendo um “papel político em termos muito mais ativos do que esta” (ALBUQUERQUE, 1999, p. 43). Ela não se limitaria a “contribuir para o equilíbrio entre os poderes constituídos” (*idem*), mas avançaria em reivindicar autoridade para “intervir em favor de um poder contra o outro, a fim de preservar a ordem pública” (*ibidem*). Evidente que o referido autor não sustenta que essa posição esteja deliberadamente estabelecida, em sentido positivo, pelos órgãos da imprensa, mas considera que seja um costume constituído a partir da tradição cultural do “Poder Moderador”, que vem desde a monarquia constitucional e teria chegado a ser assimilada pelos militares até o regime estabelecido em 1964.

Traçando observações de caráter exemplificativo e histórico, Lacerda destina a parte final de seu opúsculo a tratar mais amplamente da liberdade na imprensa, e, sempre frisando a responsabilidade e a necessidade de zelar pelo bem comum no jornal, expressa também sua filiação ao conceito de propriedade:

O conceito cristão da propriedade como uma obrigação social, como algo que importa em deveres e que abrange direitos somente na medida em que tais deveres são cumpridos, em nenhum outro campo é tão poderoso quanto no da imprensa. O jornal não é apenas um meio de informação que se faz para ter lucro. O direito de possuí-lo importa nas mais sérias obrigações que um homem ou um grupo pode assumir perante a coletividade. (LACERDA, 1950, p. 46)

Carlos Lacerda não hesita em apontar tudo aquilo que entende como imoral e que afasta a imprensa de sua missão. No cenário brasileiro, assim como na política – entregue ao clientelismo e ao populismo, e distanciada da moralidade administrativa que era bandeira tanto do político Carlos Lacerda quanto do partido UDN -, ele via na imprensa os mesmos vícios persistentes. Acredita que a imprensa brasileira “ainda não se redimiou de seus erros, contra si própria e contra a nação cometidos, e já, talvez por isso mesmo, volta a cometê-los”.

Apesar disso, em seguida a situação do jornalista brasileiro recebe um ligeiro “afago”, quando Lacerda pontua que este era superior até ao americano em “conhecimentos gerais e em agudeza de espírito”. Entretanto, sofria com a falta de profissionalismo e com os seguintes problemas, elencados por ele como as características frequentes de nossas incursões no ramo:

- Exagero e facilidade no ataque e no elogio.
- Pouca referência às fontes de informação e verificação da notícia, por dificuldade de acesso. Basta dizer que apenas três ou quatro jornais, no Brasil, têm arquivo digno desse nome.
- Preferência pelos aspectos superficiais do problema.
- Nacionalismo extremado como regra, subserviência ao interesse estrangeiro como exagero contrário.

E assim por diante. Numa palavra, falta de equilíbrio, instabilidade de julgamento, não somente uma característica do jornalismo como de todo o país. (LACERDA, 1950, p. 65)

Lacerda considera que esta imoralidade se reflete na falta de respeitabilidade com que a imprensa se apresenta ao público, subserviente que esteve sempre aos interesses da política controlada pelas oligarquias do atraso que sua faceta de político udenista tanto condenava.

Lacerda também discute a relação entre a imprensa e a publicidade, tema de importante discussão entre os historiadores de ambas. Não obstante considere que a publicidade mereceria exame próprio, ele pensa que os anúncios estão entre os conteúdos mais lidos de um jornal, já lhes conferindo vultosa importância. Mostra-se também moderno, ao criticar a prolixidade de jornais que preenchiam suas páginas com despachos de diretores de repartição, como que a concorrer com o *Diário Oficial*. Em

resumo, para Lacerda (1950, p. 64), o grande cerne da questão está em que “o jornal, como indústria, não perca, antes aperfeiçoe, aquela característica de paixão pelo Bem Público, que lhe deu alento nas suas bravas e humildes origens”.

5. CONCLUSÃO

Partindo de uma exposição biográfica, observamos nesta pesquisa como um dos personagens mais importantes da história política contemporânea, Carlos Lacerda, se posiciona historicamente dentro do campo da comunicação, sendo ele mesmo um jornalista. A partir de um enfoque em suas principais matérias jornalísticas, culminando na linha editorial adotada em seu período como gestor da *Tribuna da Imprensa*, pudemos observar, em sua trajetória prática nos veículos em que trabalhou, a influência de sua concepção teórica a respeito do jornalismo e da imprensa, determinada em grande medida pelo gênero de pensamento social e político que abraçou.

Identificamos que seus pontos de vista de inspirações políticas liberais e conservadoras faziam-no ver no jornalismo um mecanismo que poderia conduzir as massas pelos melhores rumos, na medida em que transmitisse a produção simbólica e informativa de uma elite cultural. Essa compreensão se dava dentro de sua ótica da “opinião pública”, que deveria ser exatamente o resultado desse processo. No exercício desse ofício, o jornalista atuaria como um “zelador”, fiscalizando e estimulando, por exemplo, o cumprimento de promessas políticas ou a realização de obras públicas, na comunidade ou no país. Para tudo isso, valorizava a ética e a qualificação profissional – características típicas do tipo de postulador que defendia em suas dissertações como parlamentar, no que ficou conhecido como o “moralismo udenista”.

Diante desse panorama, toda a jornada que se pode empreender, mergulhando na trajetória de Carlos Lacerda, em sua imbricação com a atividade jornalística e em sua compreensão da imprensa como um encargo messiânico, revela apenas que a complexidade desse personagem singular de nossa história sócio-política não pode ser facilmente, tampouco completamente, amputada, para que seja observada apenas em um de seus elementos formadores. A pesquisa desse aspecto fundamental da personalidade e da atuação de Lacerda não estaria, evidentemente, consumada apenas com este trabalho; trata-se de um viés que merece receber maior atenção e maiores desdobramentos, sendo um dos caminhos possíveis para isso uma comparação mais pormenorizada entre os recursos e pressupostos ideológicos de que ele se servia e o que inspira e move a prática jornalística atual.

O que resulta evidente de nossa pesquisa é que o Lacerda político é o Lacerda intelectual, é o Lacerda orador, é o Lacerda que foi comunista e se converteu em porta-voz de pensamentos à direita. Todos esses são o Lacerda jornalista, que representa o

mais pleno amálgama de todos os outros, e que é o mentor de todos eles – a matriz por trás da figura das mais importantes da história do Brasil do século XX. Tudo que Lacerda foi orbitou em torno de sua vocação, como ele mesmo a define:

O que nos anima, numa profissão que é ao mesmo tempo uma vocação, profissão que se não escolhe porque se impõe e nos agarra e não mais nos deixa livres de sua marca, e nos reduz a um pobre esfarinhador de ideias que desejaríamos altas, fortes e bem compostas, mas que são apenas as miudezas de uma experiência bem sofrida, é ainda a lição dos maiores, dos que antes de nós, melhor do que nós, lhe deram expressão mais digna do vosso aplauso do que vossa paciência. (LACERDA, 1950, p. 77)

Considerável parcela dessa importância advém da perspectiva messiânica com que Lacerda encarava seu ofício, afirmando o próprio enriquecer o significado de sua vida a partir dele. Como ele conclui também: “o jornal é uma obsessão. É a obra de uma vida, a mais bela obra de uma vida, que por via dela, adquire então pleno sentido” (LACERDA, 1950, p. 78).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. “Um outro ‘Quarto Poder’: imprensa e compromisso político no Brasil.” Revista Contracampo, n. 4, 2000. Disponível em: <http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/view/414>. Acesso em 28 de junho de 2015.

AZEVEDO, Luiz Vitor T. “Carlos Lacerda e o discurso de oposição da Tribuna da Imprensa (1953-55).” Dissertação de mestrado em História no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, 1988.

BACIU, Stefan. **Lavrado 98 – Jornal Tribuna da Imprensa: História de um jornal de oposição**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

CARVALHO, Aloysio. **O Caso Última Hora e o cerco da imprensa ao Governo Vargas**. Rio de Janeiro, Editora da UFF, 2012.

DULLES, John. **Carlos Lacerda - A Vida de um Lutador** (2 volumes). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992 e 2000.

LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987.

_____. **Brasil entre a verdade e a mentira**. Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1965.

_____. **O Poder das Ideias**. Rio de Janeiro, Distribuidora Record Editora, 1963.

_____. **A Missão da Imprensa**. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1950.

LACERDA PAIVA, Cláudio de. **Carlos Lacerda 10 anos depois**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda x Wainer: o Corvo e o Bessarabiano**. São Paulo, Senac, 1998.

NETO, João Pinheiro. **Carlos Lacerda: um raio sobre o Brasil**. Rio de Janeiro, Gryphus, 1998.

PEREZ, Maurício. **Lacerda na Guanabara – A reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960**. Rio de Janeiro, Odisséia Editorial, 2007.

PAIVA, Adriana Gomes. “Religião e política na trajetória de Carlos Lacerda.” Cadernos da FaEL, vol. 1, n. 1, 2006. Disponível em: http://www.unig.br/cadernosdafael/vol1_num1/. Acesso em 28 de junho de 2015.

REFKALEFSKY, Eduardo. “Para além do lide: o jornalismo interpretativo brasileiro.” Anais do XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1997. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/navegacaoDetalhe.php?id=47700>.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro, E-papers Serviços Editoriais, 2007.

VENANCIO, Rafael Duarte Oliveira. “Primavera dos Jornais: imprensa e revoluções de 1848.” Revista Anagrama, vol. 2, n. 2, 2008. Disponível em: http://www.usp.br/anagrama/Venancio_primavera.pdf. Acesso em 16 de junho de 2015.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**. Rio de Janeiro, Record, 1987.